





DEPARTAMENTO DE DIREITO

**MESTRADO EM DIREITO**

**A AUTONOMIA DA ESCOLA SUPERIOR DE DESPORTO DE RIO MAIOR  
NO SEIO DAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO**

Relatório Profissional para obtenção do grau de Mestre em Direito,  
especialidade em Ciências Jurídicas

Autor: Marina de Melo Marques Lemos

Orientador: Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário

Setembro, 2012

Lisboa

**A AUTONOMIA DA ESCOLA SUPERIOR DE DESPORTO DE RIO MAIOR  
NO SEIO DAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO**

Relatório Profissional apresentado na Universidade Autónoma de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre em Direito, especialidade em Ciências Jurídicas, elaborado sob a orientação do Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário pela orientação científica deste trabalho, disponibilidade, compreensão e apoio dado na concretização do mesmo.

Aos Professores José Rodrigues, Abel Santos e Rita Santos Rocha, Jorge Justino e Administrador Pedro Carvalho, pela disponibilidade, colaboração e contributos que enriqueceram este relatório.

À minha família, pelo incentivo e apoio incondicional, fundamentais no desenvolvimento deste trabalho.

## RESUMO EM PORTUGUÊS

O presente relatório tem como objetivo analisar as autonomias da Escola Superior de Desporto de Rio Maior integrada no Instituto Politécnico de Santarém.

Numa primeira abordagem são identificados os diplomas legais que estiveram na base da criação do ensino superior politécnico, do Instituto Politécnico de Santarém e da Escola Superior de Desporto de Rio Maior. São igualmente analisados o Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico, plasmado na Lei n.º 54/90, de 5 de setembro, revogado em 2007 pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior previsto na Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

São analisados os conceitos de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira e patrimonial, das instituições de ensino superior politécnico e das escolas superiores, no quadro das Leis n.ºs 54/90, de 5 de setembro e 62/2007, de 10 de setembro.

Foram realizadas entrevistas aos *ex*-diretores e atual diretora da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, ao presidente e ao administrador do Instituto Politécnico de Santarém, tendo em vista obter as suas opiniões sobre os aspetos dos referidos regimes que merecem ser destacados, e saber qual dos dois melhor se adequa à realidade da ESDRM.

As respostas dos *ex*-diretores e atual diretora levam-nos a concluir que a ESDRM deverá ter uma intervenção mais ativa no seu próprio destino. Bastante diferentes foram as respostas do presidente e administrador do Instituto, os quais entendem que esse papel deve ser desempenhado pelo Instituto. As respostas foram consistentes com o cargo institucional que cada entrevistado ocupa.

Concluiu-se, pois, que o modelo organizativo atual carece de ser revisto e ajustado em função da realidade vivida na ESDRM, a qual necessita de mais autonomia administrativa e financeira, por forma a que possa ser desenvolvido o seu projeto científico e pedagógico.

Palavras chave – Ensino Superior Politécnico Público, Escola Superior, Autonomia.

## **RESUMO EM INGLÊS**

The aim of this study is about the concept of autonomy in higher education, specifically related to the Sport Sciences School of Rio Maior, as an unit of the Institute Polytechnic of Santarém.

In this report, first, we identified the legislation about the constitution of higher education polytechnic subsystem, concerning the Institute Polytechnic of Santarém and the Sport Sciences School of Rio Maior. We also analyzed the status of the autonomy of these establishments, under the Law nº 54/90, from 5th September, repealed in 2007 by the legal regimen of higher education institutions, under the Law n.º 62/2007, from 10th September.

We analyzed the concepts of the statutory, scientific, educational, administrative and financial autonomy, on the polytechnic institutions and colleges, under the Laws nº 54/90, from 5th September, and nº 62/2007, from 10th September.

We interviewed the former directors and the current director of the Rio Maior Sport Sciences School, the president and the administrator of the Institute Polytechnic of Santarém, about their opinions on the subject on research, and also to know what they feel as the best suited to the reality of ESDRM.

We concluded that the answers are quite different concerning the position about the local or central management. The interviewed considered that ESDRM could have a major role on their own destiny or on opposition their considered that should be the Institute to have that major role. It depends on their positional perspectives.

The answers were consistent to their positions. We felt that the current organization model needs to be reviewed and adjusted on the basis of the local reality, with more administrative and financial autonomy to develop the scientific and educational project of the school.

**Keywords:** Higher education polytechnic system; Higher School; autonomy.

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	4
RESUMO EM PORTUGUÊS .....	5
RESUMO EM INGLÊS .....	6
LISTA DE SIGLAS .....	9
INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO I.....	11
ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL.....	11
1 - O subsistema de ensino superior politécnico público .....	11
2 - O Instituto Politécnico de Santarém.....	14
3 - A Escola Superior de Desporto de Rio Maior como unidade orgânica do Instituto Politécnico de Santarém .....	16
3.1 - História da Escola .....	16
3.2 - Missão e Objetivos.....	18
3.3 - Diretores.....	20
3.4 - Regime Estatutário.....	21
3.5 - Localização .....	22
CAPÍTULO II .....	23
A AUTONOMIA NO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO.....	23
1 - A autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira das instituições de ensino superior politécnico no quadro da Lei nº 54/90 de 5 de setembro e da Lei 62/2007, de 10 de setembro.....	23
2 - A autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira das escolas superiores no quadro da Lei nº 54/90 de 5 de setembro e da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro – O caso da Escola Superior de Desporto de Rio Maior .....	27
2.1 - A autonomia estatutária.....	28
2.2 - A autonomia científica e pedagógica .....	28
2.3 - Da autonomia administrativa e financeira para a autonomia de gestão .....	30
CAPÍTULO III .....	38
OS INTERVENIENTES NA MUDANÇA.....	38
1 - Realização de entrevistas semiestruturadas aos diretores da ESDRM, presidente e administrador do Instituto Politécnico de Santarém.....	38
2 – Opiniões recolhidas .....	39
CAPÍTULO IV .....	50
CONCLUSÕES.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS .....	53

ANEXOS.....	59
-------------	----

## **LISTA DE SIGLAS**

CCISP - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

CPA – Código do Procedimento Administrativo

CRP – Constituição da República Portuguesa

CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

DIMAS - Inquérito Estatístico aos Alunos Diplomados e Matriculados no Ensino Superior

ESDRM – Escola Superior de Desporto de Rio Maior

INDEZ – Inquérito anual sobre o sobre o pessoal docente e não docente do Ensino Superior Público

IPS – Instituto Politécnico de Santarém

MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

REBIDES - Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior

RAIDES - Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior

RJIES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

## INTRODUÇÃO

O presente relatório profissional para a obtenção do grau de Mestre em Direito é subordinado ao tema «*A autonomia da Escola Superior de Desporto de Rio Maior no seio das Instituições de Ensino Superior Politécnico*».

Este tema decorre do facto de a mestranda exercer o cargo de Secretário (equiparado a diretor de serviços) naquela Escola Superior, desde novembro de 2004, ter acompanhado a implementação do regime autonómico previsto na Lei n.º 54/90, de 5 de setembro e de ainda estar a acompanhar as alterações introduzidas pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

Por outro lado, este tema parece-nos bastante atual e pertinente uma vez que a aplicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro será objeto de avaliação cinco anos após a sua entrada em vigor, o que se perspetiva que deva ocorrer a breve trecho.

Neste contexto, o trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro destinado a uma breve caracterização do subsistema do ensino superior politécnico público, com destaque para os principais diplomas que desde 1973 versam sobre a matéria. O enquadramento institucional do Instituto Politécnico de Santarém e da Escola Superior de Desporto de Rio Maior.

No segundo capítulo, dedicado à autonomia do ensino superior politécnico, identificam-se e caracterizam-se as autonomias - científica, pedagógica, administrativa, financeira, estatutária e patrimonial, das instituições de ensino superior politécnico e das escolas nestas integradas, com especial destaque para a Escola Superior de Desporto de Rio Maior, contrapondo o sistema anteriormente existente previsto na Lei n.º 54/90, de 5 de setembro e o atual regime jurídico das instituições de ensino superior politécnico, emanado da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, no que a estas instituições diz respeito.

Para que este relatório esteja em consonância com a realidade, o Capítulo III foi unicamente dedicado às entrevistas efetuadas a pessoas que pelas funções desempenhadas acompanharam todo este processo. O Professor José Rodrigues, primeiro diretor da Escola, o Professor Abel Santos que se seguiu e a Professora Rita Santos Rocha que exerce atualmente as funções de diretora. Foram igualmente entrevistados o Professor Jorge Justino, atual presidente do Instituto Politécnico de Santarém, que exerceu as mesmas funções de 1996 a 2006 e o Dr. Pedro Carvalho, administrador do Instituto.

Por último, em sede do Capítulo IV aparecem as conclusões, sendo igualmente formuladas algumas recomendações finais.

## CAPÍTULO I

### ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

#### ***1 - O subsistema de ensino superior politécnico público***

Os Institutos Politécnicos surgem através da Lei de Reforma do Sistema Educativo – Lei n.º 5/73, de 25 de julho (anexo 1), através da qual, no n.º 3 da Base XIII se consagra que o ensino superior é assegurado pelas Universidades, Institutos Politécnicos, Escolas Normais Superiores e outros estabelecimentos equiparados.

Em 11 de agosto de 1973, foi publicado o Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de agosto (anexo 2), que veio criar novas Universidades, Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores, definindo o regime das suas comissões instaladoras e adotando providências destinadas a assegurarem o recrutamento e a formação do pessoal necessário para o início das respetivas atividades.

No preâmbulo desse mesmo diploma, pode ler-se que *«O plano de expansão e diversificação do ensino superior foi definido pelo governo para corresponder à necessidade de assegurar o desenvolvimento social e económico do país, que exige um número cada vez mais elevado de cientistas, técnicos e administradores de formação superior, dotados de capacidade crítica e inovadora.*

*A criação de novas Universidades, Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores insere-se, desta forma, no contexto natural da expansão do ensino e do desenvolvimento da sociedade portuguesa.»*

No artigo 4.º deste diploma caracterizam-se os Institutos Politécnicos como *«(...)centros de formação técnico-profissional, aos quais compete especialmente ministrar o ensino superior de curta duração, orientado de forma a dar predominância aos problemas concretos e de aplicação prática, e promover a investigação aplicada e o desenvolvimento experimental, tendo em conta as necessidades no domínio tecnológico e no sector dos serviços, particularmente as de carácter regional.»*

Porém, só em 1977, através do Decreto-Lei n.º 427-B/77<sup>1</sup>, de 14 de outubro (anexo 3) veio a ser instituído o ensino de curta duração, o qual, em 26 de dezembro de 1979 passa a designar-se de ensino superior politécnico, através do Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de

---

<sup>1</sup> Alterado pela Lei n.º 61/78, de 28 de julho

dezembro (anexo 4), sendo assegurado por escolas superiores, de educação e técnicas, agrupadas ou não em Institutos Politécnicos.<sup>2</sup>

Com este diploma, o ensino superior politécnico assume-se com o objetivo de «(...) *dotar o País com os profissionais de perfil adequado de que este carece para o seu desenvolvimento*»<sup>3</sup> impregnado de uma tónica vincadamente profissionalizante.

De acordo com o n.º 1 do Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de dezembro, a coexistência do ensino superior politécnico com o ensino superior universitário, de características mais concetuais e teóricas, traduzindo a real diversificação operada no âmbito do sistema de ensino superior, é o resultado de uma opção ditada por razões de eficiência e de adequação daquele sistema à estrutura socioeconómica em que se insere, sem prejuízo, da conveniente articulação entre os ambos referidos tipos de ensino.

Por sua vez, no n.º 2 do mesmo Decreto-Lei é referido que ao ensino superior politécnico cumpre prosseguir as finalidades de formar, a nível superior, educadores de infância, professores dos ensinos primário e preparatório e técnicos qualificados em vários domínios de atividade; promover a investigação e o desenvolvimento experimental, estabelecendo a ligação de ensino com as atividades produtivas e sociais; apoiar pedagogicamente os organismos de ensino e de educação permanente; colaborar diretamente no desenvolvimento cultural das regiões em que estão inseridos; prestar serviços à comunidade, como forma de contribuição para a resolução dos problemas, sobretudo de carácter regional, nelas existentes.

No período que se seguiu, foi produzida importante legislação relativamente ao ensino superior, de que devem destacar-se, relativamente ao ensino superior politécnico as alterações introduzidas ao Decreto-Lei n.º 513-L1/79, de 27 de dezembro, que define o Regime de Instalação dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico, pelo Decreto-Lei n.º 131/80, de 17 de maio; a aprovação do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico, pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, bem como o estabelecimento das normas de funcionamento do Conselho Coordenador da Instalação dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico, através do Decreto-Lei n.º 86/83, de 11 de fevereiro.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Vd. Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 29/80, de 28 de julho, pelos Decretos-Lei n.º 333/88, de 27 de setembro, Decreto-Lei n.º 373/88, de 17 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 175/2004, de 21 de julho.

<sup>3</sup> N.º 1 do preâmbulo ao Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro.

<sup>4</sup> ALMEIDA, Luciano, 2011, *O sistema de Ensino Superior Português, Expansão e Desregulação, Reforma no Quadro do Espaço Europeu de Ensino Superior*. Porto: Media XXI, p. 145. ISBN 978-989-8143-81-5.

A partir desta data a rede pública de ensino superior politécnico era constituída por 14 institutos politécnicos, com 37 escolas superiores neles integradas e duas escolas superiores não integradas.<sup>5</sup>

Refere Luciano de Almeida<sup>6</sup>, que «*Todos os diplomas fundamentais em matéria de ordenamento (...) do ensino superior são deste período (X, XI e XII Governos Constitucionais) e são, um pouco, também, o corolário do trabalho que vinha sendo produzido (...)*».

Através da Lei de Bases do Sistema Educativo aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro,<sup>7</sup> (anexo 5) no n.º 4 do artigo 11.º pode ler-se que «*O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais*».

O ensino politécnico «*realiza-se em escolas superiores especializadas nos domínios da tecnologia, das artes e da educação, entre outros*» (n.º 2 do artigo 14.º). As escolas superiores do ensino politécnico podem integrar-se nas universidades (n.º 3) ou serem «*associadas em unidades mais amplas, com designações várias, segundo critérios de interesse regional e ou de natureza das escolas*» (n.º 4).

O Regime Jurídico da Organização e Ordenamento do Ensino Superior foi aprovado pela Lei n.º 26/2000, de 23 de Agosto, revogada pela Lei n.º 1/2003, de 06 de janeiro que aprovou o Regime Jurídico do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior. Esta lei foi, por sua vez, revogada pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, ainda vigente, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, regulando designadamente a sua constituição, atribuições e organização, funcionamento e competência dos seus órgãos, e ainda, a tutela e fiscalização pública do Estado sobre as mesmas, no quadro da sua autonomia.

A Lei n.º 54/90, de 5 de setembro, igualmente revogada pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico, (anexo 6) caracterizava os institutos politécnicos como instituições de ensino superior que integravam duas ou mais escolas superiores globalmente orientadas para a prossecução dos objetivos do ensino superior politécnico numa mesma região, as quais são

---

<sup>5</sup> ALMEIDA, Luciano, op. Cit., p. 148.

<sup>6</sup> ALMEIDA, Luciano, op. Cit., p. 152.

<sup>7</sup> Alterada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto cujo n.º 4 do artigo 11.º passou a ter a seguinte redação «*4 — O ensino politécnico, orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos, visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.*»

associadas para efeitos de concertação das respetivas políticas educacionais e de otimização de recursos.<sup>8</sup>

Na Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, (anexo 7) são definidos Institutos Politécnicos como instituições de alto nível orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental<sup>9</sup>, com os requisitos mínimos para a sua criação e funcionamento, referidos no artigo 44.º da mesma Lei, dos quais se destaca, a integração, de pelo menos, duas escolas de áreas diferentes.<sup>10</sup>

Junta-se o mapa da rede das instituições de ensino politécnico, da Direção Geral do Ensino Superior. (anexo 8)

## **2 - O Instituto Politécnico de Santarém**

É neste enquadramento que em 1979 é criado o Instituto Politécnico de Santarém, com sede na cidade de Santarém, por força da alínea h) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de dezembro, e que neste são integradas as Escolas Superiores de Educação e Agrária, nos termos do artigo 13.º do mesmo diploma, cujo espírito autónómico, se aplicava na perfeição ao Instituto e se justificava pela existência de campus distintos, áreas científicas diversificadas, tempo de vida institucional diferenciado e áreas geográficas de influência diferentes.

No final de 1985 foi criada a Escola Superior de Gestão de Santarém<sup>11</sup>.

Em 1986, foi integrada no Instituto a Escola Superior de Tecnologia de Tomar que, em 1997, deu origem ao Instituto Politécnico de Tomar.<sup>12</sup>

---

<sup>8</sup> Artigo 1.º da Lei n.º 54/90, de 5 de setembro.

<sup>9</sup> N.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

<sup>10</sup> No Artigo 44.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, são igualmente, exigidos como requisitos, deter autorização para ministrar pelo menos quatro ciclos de estudos de licenciatura, dois dos quais técnico-laboratoriais, em pelo menos duas áreas diferentes compatíveis com a missão própria do ensino politécnico; Dispor de um corpo docente que satisfaça o disposto no artigo 47.º e seguintes; Dispor de instalações com as características exigíveis à ministração de ensino politécnico e de bibliotecas e laboratórios adequados à natureza dos ciclos de estudos e Desenvolver atividades de investigação orientada.

<sup>11</sup> Decreto do Governo 46/85, de 22 de novembro. Foi alterada a designação da Escola Superior de Gestão de Santarém, para Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém, pelo Despacho Normativo n.º 56/2008 de 04 de novembro de 2008 do MCTES publicado no Diário da República, II Série n.º 214 de 04.11.2008.

<sup>12</sup> Decreto-Lei n.º 96/96, de 17 de julho, que separa do Instituto Politécnico de Santarém (IPS) a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar (ESTGT) e cria, no lugar desta, a partir de 1 de Janeiro de 1997, o Instituto Politécnico de Tomar, integrando a Escola Superior de Tecnologia de Tomar e a Escola Superior de Gestão de Tomar.

O Instituto Politécnico de Santarém esteve em regime de instalação<sup>13</sup>, até à data da entrada em vigor dos estatutos, homologados pelo Despacho Normativo n.º 77/95, de 11 de Outubro do Ministério da Educação<sup>14</sup>.

Em 1997 através do Decreto-Lei n.º 352/97, de 5 de dezembro foi criada a Escola Superior de Desporto de Rio Maior e em 2001 foi integrada a Escola Superior de Enfermagem de Santarém.<sup>15</sup>

Integrados no Instituto estão também os Serviços de Ação Social, que disponibilizam aos estudantes alojamento, bolsas de estudo, cantinas, bares, apoio médico, bem como de um conjunto de instalações desportivas para a prática de diferentes modalidades, algumas extensivas à comunidade escalabitana.<sup>16</sup>

Com a entrada em vigor da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro e de acordo com o n.º 1 do seu artigo 172.º, o Instituto Politécnico de Santarém procedeu à revisão dos seus estatutos, de modo a conformá-los com o novo regime legal, os quais foram homologados através do Despacho Normativo n.º 56/2008, de 23 de Outubro, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e publicados no Diário da República<sup>17</sup> em anexo ao despacho de homologação.

Os estatutos dispõem sobre a natureza jurídica, finalidades do Instituto e das Escolas Superiores nele integradas, sobre os graus e diplomas conferidos, estrutura interna, órgãos, unidades orgânicas e respetivas competências, gestão financeira e patrimonial e ao pessoal afeto ao Instituto.

Nos termos do n.º 1 do artigo 1.º dos estatutos, o IPS é uma instituição de ensino superior politécnico público, ao serviço da sociedade, empenhada na qualificação de alto nível dos cidadãos, destinada à produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão do saber de natureza profissional, da cultura, da ciência, da tecnologia, das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental, relevando a centralidade no estudante e na comunidade envolvente, num quadro de referência internacional.

---

<sup>13</sup> Por força do disposto no Decreto-Lei n.º 109/86, de 21 de Maio.

<sup>14</sup> Publicados no Diário da República - 1.ª Série B, n.º 280, de 05 de dezembro de 1995, p. 7588.

<sup>15</sup> Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de Março. A Escola Superior de Enfermagem designa-se atualmente como Escola Superior de Saúde de Santarém, alteração efetuada através do Despacho n.º 56/2008 de 4 de Novembro, que publica os Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém.

<sup>16</sup> Artigo 81.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém, homologados pelo Despacho Normativo n.º 56/2008, de 23 de Outubro, publicados no Diário da República, 2.ª série n.º 214, de 4 de Novembro de 2008.

<sup>17</sup> Diário da República, 2ª Série, n.º 214 de 14 de novembro de 2008, p. 45091 e seguintes.

### **3 - A Escola Superior de Desporto de Rio Maior como unidade orgânica do Instituto Politécnico de Santarém**

#### **3.1 - História da Escola<sup>18</sup>**

A Escola Superior de Desporto de Rio Maior foi criada pelo Decreto-Lei n.º 352/97, de 5 de Dezembro, (anexo 9) como unidade orgânica do Instituto Politécnico de Santarém, ao abrigo do programa do governo, que no capítulo dedicado ao ensino, previa a expansão da capacidade do ensino superior, com diversificação das opções e a abolição do *numerus clausus*, através de diversas medidas, entre as quais a da melhoria do acolhimento da rede pública.<sup>19</sup>

A localização da ESDRM na cidade de Rio Maior encontra-se justificada no diploma da sua criação, pela existência em Rio Maior de especiais condições para a concretização de ensino superior politécnico no domínio do desporto, disponibilizadas pela respetiva autarquia, em protocolo assinado entre esta e o Instituto Politécnico de Santarém.

De acordo com o n.º 1 do artigo 4.º do referido Decreto-Lei, a ESDRM entrou em funcionamento em regime de instalação, tendo como limite o dia 31 de dezembro de 2001.

As atividades de formação tiveram início no ano letivo de 1998/99, com os cursos de Desporto, na variante de Treino Desportivo de Alto Rendimento (opções de Futebol, Atletismo e Natação) e na variante de Condição Física, às quais era atribuído o grau de bacharel, aprovados, respetivamente pelas Portarias n.ºs 413-J/98, de 17 de Julho e 413-I/98, de 17 de Julho.

Em 12 de Julho pela Portaria n.º 495/99, foi aprovada a criação dos cursos de licenciatura em Desporto, nas variantes de Treino Desportivo de Alto Rendimento (todas as opções), de Condição Física e ainda de Animação Desportiva, Recreação e Lazer.

Os planos de estudos dos cursos bietápicos de licenciatura em Desporto, variante de Treino Desportivo de Alto Rendimento e variante de Condição Física, foram aprovados pelas Portarias n.ºs 495/2000 e 499/2000, de 24 de Julho, respetivamente. O plano de estudos do curso bietápico de licenciatura em Desporto, variante de Animação Desportiva, Recreação e Lazer foi aprovado através da Portaria n.º 432/2001, de 26 de Abril.

---

<sup>18</sup> Vd. Guia Informativo ECTS ESDRM, disponível em <http://www.esdrm.pt/Estudantes/GuiaInformativo.html>, acedido em 13.06.2012.

<sup>19</sup> Vd. Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 352/97, de 5 de dezembro.

A Portaria n.º 863-B/2002, de 20 de Julho aprovou a criação da Licenciatura em Desporto, variante de Psicologia do Desporto e Exercício e, em 9 de Novembro de 2002, foi aprovado o seu plano de estudos, pela Portaria n.º 1449/2002, de 9 de novembro.

O Mestrado em Psicologia do Desporto e do Exercício, em parceria com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), foi publicado em Diário da República, II Série, n.º 30, de 5 de Fevereiro de 2003.

No ano letivo 2004/2005, através da Portaria n.º 841/2004, de 16 de julho, foi criada a Licenciatura em Desporto, variante de Gestão das Organizações Desportivas.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março que aprovou o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior, e em desenvolvimento do disposto nos artigos 13.º a 15.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)<sup>20</sup> os estabelecimentos de ensino superior tiveram que promover, até ao final do ano letivo de 2008/2009, a adequação dos cursos que se encontravam a ministrar e dos graus que estavam autorizados a conferir à nova organização decorrente do Processo de Bolonha.

Assim, através dos Despachos n.ºs 9288-AJ/2007 e 9288-AX/2007, de 07 de março<sup>21</sup> do diretor-geral do ensino superior foram registadas as adequações dos cursos e dos graus conferidos pela Escola Superior de Desporto de Rio Maior. Desde o ano letivo 2007/2008, que as licenciaturas ministrados na ESDRM passaram a ter as seguintes designações:

- Licenciatura em Condição Física e Saúde no Desporto;<sup>22</sup>
- Licenciatura em Desporto de Natureza e Turismo Ativo;<sup>23</sup>
- Licenciatura em Gestão das Organizações Desportivas;<sup>24</sup>
- Licenciatura em Psicologia do Desporto e do Exercício;<sup>25</sup>
- Licenciatura em Treino Desportivo.<sup>26</sup>

Para além dos supra referidos cursos de licenciatura, têm sido, igualmente, lecionados cursos de mestrado. No ano letivo 2008/2009, teve início o Mestrado em Desporto<sup>27</sup>, com as

---

<sup>20</sup> Alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de setembro e 49/2005, de 30 de agosto.

<sup>21</sup> Publicados no Diário da República II Série n.º 97, de 21 de maio de 2007.

<sup>22</sup> Despacho n.º 23776/2008, de 12 de setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 182 de 19 de setembro de 2008.

<sup>23</sup> Despacho n.º 23778/2008, de 12 de setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 182 de 19 de setembro de 2008.

<sup>24</sup> Despacho n.º 23775/2008, de 12 de setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 182 de 19 de setembro de 2008.

<sup>25</sup> Despacho n.º 24207/2008, de 25 de setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 186 de 25 de setembro de 2008.

<sup>26</sup> Despacho n.º 23777/2008, de 12 de setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 182 de 19 de setembro de 2008.

especializações em Condição Física e Saúde; Desporto de Natureza; Educação Física Escolar e Treino Desportivo.

Em 2009/2010, foi criado o Mestrado em Psicologia do Desporto e do Exercício<sup>28</sup> e a pós-graduação em Atividade Física na Gravidez e Pós-parto.

O Mestrado em Atividade Física em Populações Especiais<sup>29</sup> teve o seu início no ano letivo de 2010/2011, bem como, a Licenciatura em Treino Desportivo que passou a ser ministrada em regime de pós-laboral.

No ano letivo 2011/2012, mantiveram-se as 5 licenciaturas e os Mestrados em Desporto, Mestrado em Psicologia do Desporto e do Exercício e o Mestrado em Atividade Física em Populações Especiais.

### ***3.2 - Missão e Objetivos***

A Escola Superior de Desporto de Rio Maior é uma unidade orgânica de formação de nível superior, vocacionada para o ensino, a investigação, a prestação de serviços à comunidade e para a colaboração com entidades nacionais e estrangeiras em atividades de interesse comum - Artigo 1.º n.º 1 dos Estatutos da ESDRM.<sup>30</sup>

A ESDRM tem por missão produzir, aplicar e disseminar conhecimento, no âmbito das ciências do desporto, proporcionando uma formação assente num sólido saber de base científica, tecnológica e pedagógico, e com uma elevada relação experimental nos diferentes contextos profissionais do desporto, visando, através da formação humana, cultural, científica e técnica dos seus alunos, do intercâmbio nacional e internacional, e da prestação de serviços à comunidade, contribuir para o desenvolvimento técnico e científico do desporto e para o

---

<sup>27</sup> Aprovado pelo Despacho n.º 25365/2008, de 21 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 197, de 10 de Outubro de 2008 e alterado pelo Despacho 16360/2009, de 09 de Julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 136 de 16 de Julho.

<sup>28</sup> Despacho n.º 10955/2009, de 20 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 83, de 29 de Abril de 2009, alterado pelos Despachos (extrato) n.º 10207/2011, de 4 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 155 de 12 de Agosto de 2011 e 6239/2012, de 2 de maio, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 92, de 11 de maio de 2012, cujo funcionamento havia sido autorizado por despacho de 14 de Novembro de 2008, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

<sup>29</sup> Despacho n.º 20244/2009, de 28 de Agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 173 de 7 de Setembro de 2009, retificado pela Declaração de retificação n.º 662/2010, de 29 de Março e alterado pelo Despacho n.º 11371/2010, de 30 de junho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 133, de 12 de Julho de 2010.

<sup>30</sup> Estatutos da ESDRM aprovados por Despacho do presidente do IPS n.º 9084/2010, de 19 de maio, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 102 de 26 de Maio de 2010.

progresso socioeconómico da região, num panorama de competitividade internacional – n.º 2 do artigo 2.º.

Em 31 de Dezembro de 2011 a ESDRM tinha 755 alunos<sup>31</sup>, sendo 652 alunos do 1.º Ciclo e 103 alunos de 2.º Ciclo, 17 funcionários não docentes e 78 docentes.<sup>32</sup>

A ESDRM forma licenciados, técnicos superiores, com intervenção na área socioprofissional relacionada com o sistema desportivo.<sup>33</sup>

Os licenciados da ESDRM em Treino Desportivo orientam-se para o desporto de elevada performance e para a formação desportiva, sendo treinadores que terão um papel importante no desenvolvimento do sistema desportivo; os do curso de Condição Física e Saúde no Desporto, direccionam-se para segmentos do sistema desportivo relacionados com a direção técnica de ginásios e desenvolvimento de atividades de fitness, exercendo a sua atividade na área do exercício e saúde; os licenciados em Desporto de Natureza e Turismo Ativo têm como principal alvo de atuação as atividades desportivas na natureza, a direção técnica de empresas de desporto de natureza, bem como as atividades relacionadas com o turismo e a atividade física; os licenciados em Psicologia do Desporto e Exercício poderão intervir no treino desportivo, a todos os níveis de rendimento, nos contextos do sistema educativo e do sistema desportivo, desempenhando os papéis de educador, investigador e consultor; os licenciados em Psicologia do Desporto e do Exercício serão a base para os futuros Psicólogos do Desporto e do Exercício tendo como papéis fundamentais a desempenhar, os de educador, investigador e consultor, devendo integrar-se numa equipa pluridisciplinar que encontra nas ciências do desporto a sua área de união fundamental e, os licenciados em Gestão das Organizações Desportivas têm como principais funções o planeamento, a organização, a direção e o controlo/avaliação de organizações que intervêm no setor do desporto.<sup>34</sup>

A ESDRM é membro efetivo de diversas organizações mundiais da sua área científica- International Council of Sport Science and Physical Education (ICSSPE), European Network of Sport Science, Education & Employment (ENSSEE); European Observatoire of Sport

---

<sup>31</sup> De acordo com o Inquérito estatístico RAIDES, relativo aos alunos inscritos e aos diplomados no ensino superior português, realizado no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, de resposta obrigatória, disponível em <http://www.gpeari.mctes.pt/es> -Inscritos no ensino superior [2000-2001 a 2010-2011] (Versão excell), acedido em 18 de julho de 2012.

<sup>32</sup> De acordo com o inquérito Index 2011- Inquérito anual realizado pela Direção de Serviços de Suporte à Rede do Ensino Superior da Direcção-Geral do Ensino Superior, sobre o pessoal docente e não docente do Ensino Superior Público, ainda não editado.

<sup>33</sup> Vd. Guia Informativo ECTS ESDRM, disponível em <http://www.esdrm.pt/Estudantes/GuiaInformativo.html>, p. 9, acedido em 13.06.2012.

<sup>34</sup> Ibidem.

employment (EOSE), European Health and Fitness Association (EHFA)<sup>35</sup>. No âmbito do programa SOCRATES/ ERASMUS, a ESDRM desenvolve intercâmbio de alunos com a Organização da Mobilidade Estudantil (OMS) e de professores Teaching Staff Assignments of Short Duration (TS) nas áreas de desporto.<sup>36</sup>

### **3.3 - Diretores**

O Professor José Jesus Fernandes Rodrigues foi nomeado diretor<sup>37</sup> e tomou posse a 22 de Julho de 1998. O Conselho Científico foi nomeado por despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior, n.º 12010/98, de 23 de Junho de 1998, publicado em Diário da República, II série, n.º 160, de 14 de Julho de 1998.

Através do Despacho n.º 2900/2004 (2.ª série), de 21 de janeiro<sup>38</sup> foi homologada a eleição do Professor Coordenador José de Jesus Fernandes Rodrigues como diretor da Escola Superior de Desporto de Rio Maior de acordo com o resultado das eleições realizadas em 12 de Janeiro de 2004, cujo mandato decorreu até julho de 2007.

Em 22 de Junho de 2007, a Assembleia de Escola elegeu o segundo diretor da ESDRM, o Professor Adjunto Abel Francisco de Oliveira Santos, cujas eleições foram homologadas pela presidente do IPS, Professora Coordenadora Maria de Lurdes Asseiro da Luz, em 26 de Julho de 2007 e publicadas em Diário da República, Despacho n.º 18841/2007 (2.ª série) de 22 de Agosto.

Em 2 de Março de 2011, a Assembleia de Escola elegeu o terceiro diretor da ESDRM, a Professora Coordenadora Rita Alexandra Prior Falhas Santos Rocha, cujas eleições foram homologadas pelo presidente do IPS, Professor Coordenador Principal Jorge Justino, a 4 de Março e publicadas em Diário da República através do Despacho n.º 5451/2011 DR n.º 62 (2.ª série) de 29 de Março.

---

<sup>35</sup> Guia Informativo ECTS ESDRM, disponível em <http://www.esdrm.pt/Estudantes/GuiaInformativo.html>, p. 88, acedido em 20.09.2012

<sup>36</sup> Ibidem.

<sup>37</sup> Despacho do Ministro da Educação n.º 4013/98, de 6 de Maio de 1998, publicado em Diário da República, II série, n.º 142, de 23 de Junho de 1998.

<sup>38</sup> Publicado no Diário da República, II Série, n.º 33 de 9 de fevereiro de 2004, p. 2334.

### **3.4 - Regime Estatutário**

A plena aplicação às escolas de ensino superior politécnico público do regime de autonomia fixado pela Lei n.º 54/90, de 5 de setembro (estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico), é antecedida de um período de funcionamento em regime de instalação, regulado pelo Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 38/94, de 31 de março, que deve permitir, entre outros objetivos, atingir uma fase consolidada do seu projeto pedagógico e científico, com um ou mais cursos em pleno funcionamento e um corpo docente estável e qualificado.

Dado que por razões de diversa ordem, relacionadas, entre outros aspetos, com a dimensão das escolas, com a especificidade das áreas de ensino ministradas e com a implantação geográfica, não permitiram, nalguns casos, alcançar, durante o período de instalação fixado, as condições necessárias para viabilizar a transição para o regime estatutário, foi prorrogado até 31 de dezembro de 2003, o período de funcionamento em regime de instalação de algumas escolas superiores, de entre as quais se destaca a ESDRM.<sup>39</sup>

Em 12 de Junho de 2003, a Assembleia Estatutária aprovou os Estatutos da ESDRM, que foram homologados pelo presidente do IPS, Professor Doutor Jorge Justino, em 4 de Julho de 2003 e publicados em Diário da República através do Despacho n.º 14356/2003 (2.ª série) de 23 de Julho. (anexo 10)

Pese embora o facto de estarem reunidas as condições legais para plena aplicação do regime de autonomia fixado pela Lei n.º 54/90, de 5 de setembro (estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico), este regime apenas viria a ter início em 01 de janeiro de 2006.

Assim, a partir de um de janeiro de 2006 a ESDRM assumiu a plena autonomia que lhe era conferida pela Lei n.º 54/90, de 5 de setembro.

Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro e dos Estatutos do IPS, a ESDRM perdeu em 01 de janeiro de 2009 a autonomia financeira, por força do disposto no artigo 118.º dos Estatutos do IPS<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> Decreto-Lei n.º 66/2002, de 20 de março.

<sup>40</sup> Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém, homologados pelo Despacho Normativo n.º 56/2008, de 23 de Outubro, publicados no Diário da República, 2.ª série n.º 214, de 4 de Novembro de 2008.

Os novos Estatutos da Escola Superior de Desporto foram aprovados através do Despacho n.º 9084/2010, de 19 de maio, do presidente do Instituto Politécnico de Santarém. (anexo 11)

### ***3.5 - Localização***

O campus da ESDRM encontra-se sedado na cidade de Rio Maior, na zona de implementação dos equipamentos desportivos e provisoriamente, desde julho de 2007, no Pavilhão Multiusos de Rio Maior.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Gago, no dia 11 de Maio de 2009, presidiu à cerimónia de assinatura do auto de adjudicação da obra de construção das instalações definitivas da ESDRM, que inclui, designadamente um edifício sede e uma cantina, que se encontram praticamente concluídos e uma residência, ainda por construir.

## CAPÍTULO II

### A AUTONOMIA NO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO

#### ***1 - A autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira das instituições de ensino superior politécnico no quadro da Lei n.º 54/90 de 5 de setembro e da Lei 62/2007, de 10 de setembro***

Sob a epígrafe «*Universidade e acesso ao ensino superior*», o artigo 76.º n.º 2 da Constituição da República Portuguesa assegura que «*As universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira, sem prejuízo de adequada avaliação da qualidade do ensino.*»

Pese embora o facto dos Institutos Politécnicos não constarem da redação do citado artigo, com a aprovação da Lei n.º 54/90, de 5 de setembro, os institutos politécnicos foram considerados «*(...)pessoas coletivas de direito público, dotadas de autonomia estatutária, administrativa, financeira e patrimonial*»<sup>41</sup>

Este entendimento manteve-se na Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, a qual consagra a autonomia dos Institutos Politécnicos, enquanto pessoas coletivas de direito público,<sup>42</sup> dotados de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar face ao Estado, com a diferenciação adequada à sua natureza.<sup>43</sup>

No entender dos professores Gomes Canotilho e Vital Moreira, a garantia constitucional da autonomia universitária comporta duas dimensões: a) uma componente pessoal, que garante aos cidadãos que desenvolvam atividades de ensino e investigação nas instituições universitárias, a liberdade de ensinar e de criação (autonomia como garantia de direitos, liberdades e garantias individuais); b) uma componente institucional, que consiste num direito fundamental da própria universidade à autonomia.<sup>44</sup>

De acordo com os autores, a autonomia estatutária significa a capacidade de definir, dentro do enquadramento da lei, a sua própria «*constituição*» (organização interna, forma de governo, número e características das faculdades e cursos, plano de estudo, graus académicos, sequência de estudos, formas de recrutamento dos docentes, acesso de alunos, etc.) independentemente de qualquer sancionamento legal. Para além desta autonomia estatutária

---

<sup>41</sup> N.º 3 do Artigo 1.º da Lei n.º 54/90, de 5 de setembro.

<sup>42</sup> Artigo 9.º n.º 1 da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

<sup>43</sup> Artigo 11.º n.º 1 da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

<sup>44</sup> CANOTILHO, J.J. Gomes e MOREIRA, Vital - *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 2ª Edição Coimbra: Coimbra Editora, 1984, p. 373.

(que é uma autonomia normativa) as universidades podem também ser dotadas de autonomia regulamentar, podendo emitir regulamentos autónomos nos casos indicados na lei ou nos estatutos.<sup>45</sup>

Esta autonomia estatutária encontra-se prevista no artigo 67.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, na medida em que cada instituição de ensino superior, tem estatutos próprios que no respeito da lei, enunciam a sua missão, as normas fundamentais da sua organização interna e do seu funcionamento, nos planos científico, pedagógico, disciplinar, financeiro e administrativo.

Sob a epígrafe de «*Autonomia Académica*» o capítulo III da mesma lei, prevê nos artigos 70.º a 75.º, a autonomia na definição da missão, autonomia académica, cultural, científica, pedagógica e disciplinar.

Assim, a autonomia na definição da missão, de acordo com o n.º 1 do artigo 70.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, significa que cabe a cada instituição de ensino superior pública definir os seus objetivos e o seu programa de ensino e de investigação, de acordo com a sua vocação e os recursos disponíveis, no quadro da lei de bases do sistema educativo e demais legislação, sem prejuízo do disposto no seu diploma de criação e dos objetivos contratualizados com o Estado.

A autonomia académica prevista no n.º 1 do artigo 71.º, significa que as instituições de ensino superior públicas, gozam de autonomia cultural, científica, pedagógica e disciplinar, nos termos da lei.

A autonomia cultural, prevista no artigo 72.º da mesma lei, confere às instituições de ensino superior a capacidade para definirem o seu programa de formação e de iniciativas culturais.

No que diz respeito à autonomia científica, de acordo com o artigo 73.º do mesmo diploma, esta confere às instituições de ensino superior a capacidade de definir, programar e executar a investigação e demais atividades científicas, sem prejuízo dos critérios e procedimentos de financiamento público de investigação.

De acordo com o artigo 74.º do RGIES a autonomia pedagógica confere às instituições de ensino superior públicas a capacidade para elaborar os planos de estudos, definir o objeto das unidades curriculares, de definir o método de ensino, afetar os recursos e escolher os processos de avaliação de conhecimentos, gozando os professores e estudantes de liberdade intelectual nos processos de ensino e de aprendizagem.

---

<sup>45</sup> CANOTILHO, J.J. Gomes e MOREIRA, Vital - *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 2ª Edição Coimbra: Coimbra Editora, 1984, p. 374.

Por outro lado, a lei vigente consagra no artigo 108.º sob a epígrafe «*Autonomia de Gestão*» que as instituições de ensino superior gozam de autonomia patrimonial, administrativa e financeira.

De acordo com os professores Gomes Canotilho e Vital Moreira «*A Constituição não menciona a autonomia patrimonial (património próprio, capacidade de alienação e aquisição de bens) mas é natural que ela lhes seja legalmente reconhecida, sem prejuízo do uso de bens do património do Estado que lhe sejam cedidos*».<sup>46</sup>

Foi o que efetivamente aconteceu, ao ser consagrada a autonomia patrimonial das instituições de ensino superior no artigo 109º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

A autonomia administrativa, no entender dos professores Gomes Canotilho e Vital Moreira, «*consiste na capacidade de gestão dos seus próprios assuntos, prática de atos administrativos próprios, seleção de contratos, recrutamento de pessoal, inclusive de docentes, aquisição de bens e serviços, etc.*» mediante decisões próprias, não sujeitas a autorização ou aprovação governamental e só impugnáveis judicialmente.<sup>47</sup>

De acordo com Maria da Glória Garcia<sup>48</sup> a autonomia administrativa facilita a gestão corrente, consubstanciada em atos e contratos de recrutamento de pessoal ou aquisição de bens não sujeita a autorização ou aprovação governamental, gestão por sua vez assegurada pela autonomia financeira, porquanto a universidade é dotada de capacidade de arrecadar receitas próprias e as afetar a despesas, tendo um orçamento próprio.

A autonomia administrativa encontra-se preconizada no artigo 110.º da mesma lei, e permite que as instituições de ensino superior público, possam emitir regulamentos nos casos previstos na lei e nos seus estatutos; praticar atos administrativos, sujeitos somente a impugnação judicial, salvo nos casos previstos na lei e celebrar contratos administrativos.

Por sua vez, a autonomia financeira «*abrange designadamente o orçamento próprio, a capacidade para arrecadar receitas próprias e de as afetar às suas despesas, contando-se entre aquelas as taxas cobradas aos utentes (propinas) e o pagamento dos seus serviços ao exterior, etc. E inclui também um direito ao financiamento público garantido, definido segundo regras objetivas*».<sup>49</sup>

---

<sup>46</sup> CANOTILHO, J.J. Gomes e Moreira, Vital. (2007). CRP Anotada. Coimbra: Coimbra Editora, p. 914 e segs. apud ALMEIDA, Luciano, 2011, *O sistema de Ensino Superior Português, Expansão e Desregulação, Reforma no Quadro do Espaço Europeu de Ensino Superior*. Porto: Media XXI, p. 253 .ISBN 978-989-8143-81-5.

<sup>47</sup> Ibidem.

<sup>48</sup> GARCIA, Maria da Glória Ferreira Pinto Dias – *Autonomia Universitária e Avaliação da Qualidade do Ensino Universitário*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008, 36 e 37 p.; ISBN 978-972-54-0210-8.

<sup>49</sup> CANOTILHO, J.J. Gomes e Moreira, Vital. (2007). CRP Anotada. Coimbra: Coimbra Editora, p. 914 e segs. apud ALMEIDA, Luciano, 2011, *O sistema de Ensino Superior Português, Expansão e Desregulação, Reforma no Quadro do Espaço Europeu de Ensino Superior*. Porto: Media XXI, p. 253 .ISBN 978-989-8143-81-5.

Nos termos do n.º1 do artigo 111.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, as instituições de ensino superior público gozam de autonomia financeira, nos termos da lei e dos seus estatutos, gerindo livremente os seus recursos financeiros conforme critérios por si estabelecidos, incluindo as verbas anuais que lhes são atribuídas no orçamento do Estado.

De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, no âmbito da sua autonomia financeira, as instituições de ensino superior públicas, elaboram os seus planos plurianuais, elaboram e executam os seus orçamentos, liquidam e cobram as receitas próprias, autorizam despesas e efetuam pagamentos, procedem a todas as alterações orçamentais, com exceção das que sejam da competência da Assembleia da República e das que não sejam compatíveis com a afetação de receitas consignadas.

A lei (e não a Constituição da República Portuguesa) também acrescentou a autonomia disciplinar. Esta consiste *«no poder de julgar as infrações disciplinares e aplicar as respetivas sanções ao seu pessoal e aos seus alunos (enquanto utentes de um serviço público) o que afasta portanto o poder disciplinar de entidades estranhas à universidade (designadamente o Governo)»*.<sup>50</sup>

Esta autonomia disciplinar encontra-se prevista no artigo 75.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, o qual confere às instituições de ensino superior públicas o poder de punir, nos termos da lei e dos estatutos, as infrações disciplinares praticadas por docentes, investigadores e demais funcionários e agentes, bem como pelos estudantes.

Gomes Canotilho e Vital Moreira também escrevem que *«a constituição também refere a autonomia de governo, ou autogoverno, mediante órgãos representativos próprios, que constitui desde há muito parte integrante do programa concetual da autonomia universitária. Provavelmente, esta vertente foi dada por adquirida, ou por implícita nas demais. E, na verdade, os demais aspetos da autonomia, a começar pela autonomia estatutária, ficariam essencialmente «descarnados» sem o autogoverno. Juntamente com os demais aspetos da autonomia, o autogoverno permite conceber as universidades como uma expressão de administração autónoma, e não como administração estadual indireta»*.<sup>51</sup>

Na Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, o autogoverno ficou plasmado no artigo 76.º e seguintes, o qual refere expressamente que as instituições de ensino superior dispõem de órgãos de governo próprios, nos termos da lei e dos estatutos.

---

<sup>50</sup> Ibidem.

<sup>51</sup> Ibidem.

Na anotação ao artigo 76.º da Constituição da República Portuguesa, os autores Gomes Canotilho e Vital Moreira, referem o seguinte<sup>52</sup>: «*Problemático é saber se o princípio da autonomia universitária abrange apenas cada universidade como escola global ou se se aplica também, dentro de cada universidade, a cada uma das suas partes integrantes (faculdades, departamentos, institutos, etc.) As razões que justificam a autonomia da universidade face ao exterior (especialmente face ao Estado) podem compreender também uma certa medida de autonomia inter-universitária.*»

Veremos, de seguida, como é vista esta questão, no contexto da Escola Superior de Desporto de Rio Maior do Instituto Politécnico de Santarém.

## ***2 - A autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira das escolas superiores no quadro da Lei n.º 54/90 de 5 de setembro e da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro – O caso da Escola Superior de Desporto de Rio Maior***

De acordo com a Lei n.º 54/90, de 5 de setembro, as escolas superiores são centros de formação cultural e técnica de nível superior, aos quais cabe ministrar a preparação para o exercício de atividades profissionais altamente qualificadas e promover o desenvolvimento das regiões em que se inserem - n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/90, de 5 de setembro, sendo-lhes reconhecido, nos termos do n.º 4 do artigo 2.º da mesma Lei, personalidade jurídica e a autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira.

Nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro os institutos politécnicos podem compreender unidades orgânicas autónomas, com órgãos e pessoal próprios, designadamente unidades de ensino ou de ensino e investigação, designadas por escolas, como é o caso da Escola Superior de Desporto de Rio Maior.

Com a publicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, no que diz respeito à autonomia científica e pedagógica das unidades orgânicas, estas encontram-se consagradas no teor do n.º 2 do artigo 76.º, onde é dito que as escolas gozam, também, de autonomia académica, designadamente de autonomia científica e pedagógica, nos termos dos estatutos da instituição a que pertençam e dos seus próprios estatutos.

Entendimento diferente para a autonomia administrativa e financeira veio a verificar-se no seio da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, na medida em que a autonomia

---

<sup>52</sup> CANOTILHO, J.J. Gomes e MOREIRA, Vital - *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 2ª Edição Coimbra: Coimbra Editora, 1984 p. 373.

administrativa e ou financeira das escolas depende dos estatutos da respetiva instituição e só com o âmbito nestes fixado (artigo 126.º n.º 1) e a atribuição de autonomia financeira a unidades orgânicas de institutos politécnicos públicos é concedida por despacho do ministro da tutela e depende da satisfação de critérios a aprovar por portaria deste (artigo 126.º n.º 2).

Vamos analisar, de seguida, o enquadramento das autonomias antes mencionadas.

### ***2.1 - A autonomia estatutária***

A autonomia estatutária das unidades orgânicas vinha aflorada no n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 54/90, de 5 de setembro, ao prever que as escolas podiam dispor de outros órgãos que viessem a ser fixados nos respetivos estatutos.

Foi este o entendimento do Instituto Politécnico de Santarém, ao consagrar no artigo 55.º dos seus Estatutos, homologados pelo Despacho Normativo n.º 77/95, de 11 de outubro, que as escolas disponham de estatutos próprios.

Neste enquadramento, em 12 de Junho de 2003 a Assembleia Estatutária aprovou os Estatutos da ESDRM, que foram homologados pelo presidente do IPS, em 4 de Julho de 2003 e publicados em Diário da República através do Despacho n.º 14356/2003 (2.ª série) de 23 de Julho.

Com a publicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, o n.º 1 do seu artigo 96.º determina que as escolas que forem dotadas pelos estatutos da instituição de órgãos próprios e de autonomia de gestão regem-se por estatutos próprios, no respeito pela lei e pelos estatutos da instituição.

Nesta conformidade, e de acordo com o disposto no n.º 11 do artigo 49.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém<sup>53</sup>, foram homologados os Estatutos da Escola Superior de Desporto, através do Despacho n.º 9084/2010, de 19 de maio, do presidente do Instituto Politécnico de Santarém.<sup>54</sup>

### ***2.2 - A autonomia científica e pedagógica***

De acordo com Gomes Canotilho e Vital Moreira, a autonomia científica é um corolário da própria liberdade de criação científica, previsto no n.º 1 do artigo 42.º da CRP e

---

<sup>53</sup> Os Estatutos do IPS foram homologados pelo Despacho Normativo n.º 56/2008, de 23 de Outubro e publicados no Diário da República, 2.ª série, n.º 214, de 4 de Novembro de 2008.

<sup>54</sup> Os Estatutos da ESDRM foram publicados no Diário da República, 2.ª série, n.º 102, de 26 de Maio de 2010.

traduz-se «no direito de autodeterminação e auto-organização das universidades em matéria científica (seleção de áreas de investigação, organização de investigação, etc.)».<sup>55</sup>

A autonomia pedagógica está conexcionada com a liberdade de ensino<sup>56</sup> e «consiste na capacidade de autodefinição, através de órgãos universitários competentes, das formas de ensino e de avaliação, programas de cursos, da organização e conteúdo das disciplinas e da distribuição do serviço docente.»<sup>57</sup>

No regime anterior (Lei n.º 54/90, de 5 de setembro), as escolas gozavam de autonomia científica e pedagógica<sup>58</sup>, competindo-lhes a elaboração do seu plano de atividades e a definição da orientação científica e pedagógica que o devia enformar.<sup>59</sup>

Na lei vigente, a autonomia científica e pedagógica encontra-se definida nos artigos 73.º e 74.º, descritas no ponto 1 do presente capítulo.

Nos termos do artigo 9.º dos Estatutos da ESDRM<sup>60</sup> a autonomia científica e pedagógica envolve a capacidade para, livremente:

- a) Definir as linhas orientadoras das políticas a prosseguir pela ESDRM, nos domínios do ensino, da investigação e da extensão cultural;
- b) Propor a criação, alteração, supressão e extinção dos cursos, bem como dos seus planos de estudo;
- c) Decidir sobre os conteúdos das unidades curriculares dos cursos que ministra;
- d) Decidir sobre os projetos de investigação a desenvolver;
- e) Fixar, nos termos da lei, as regras de acesso, matrícula e inscrição;
- f) Estabelecer os regimes de frequência, avaliação, precedência e transição de ano;
- g) Definir as condições e os métodos de ensino a praticar;
- h) Fixar o calendário escolar, nos termos da lei geral;
- i) Definir os serviços a prestar à comunidade;
- j) Definir as demais atividades científicas e culturais a realizar;
- k) Decidir sobre equivalências e reconhecimentos de graus, diplomas, cursos e componentes de cursos, nos termos da lei.»

---

<sup>55</sup> CANOTILHO, J.J. Gomes e MOREIRA, Vital - *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 2ª Edição Coimbra: Coimbra Editora, 1984, p. 374.

<sup>56</sup> Artigo 43.º da Constituição da República Portuguesa.

<sup>57</sup> CANOTILHO, J.J. Gomes e MOREIRA, Vital - *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 2ª Edição Coimbra: Coimbra Editora, 1984, p. 374.

<sup>58</sup> Artigo 2.º n.º 4 da Lei n.º 54/90, de 5 de setembro.

<sup>59</sup> Artigo 6 n.º 3 da Lei n.º 54/90, de 5 de setembro.

<sup>60</sup> Estatutos da ESDRM aprovados por Despacho do presidente do IPS n.º 9084/2010, de 19 de maio, publicado no Diário da República, Diário da República, 2.ª série, n.º 102 de 26 de Maio de 2010.

### ***2.3 - Da autonomia administrativa e financeira para a autonomia de gestão***

No n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 54/90, de 5 de setembro, a autonomia administrativa e financeira envolvia a capacidade de dispor de orçamento anual; propor o recrutamento do pessoal não docente necessário à prossecução dos seus objetivos; atribuir responsabilidades e tarefas ao pessoal da escola e proceder à sua distribuição pelos serviços; assegurar a gestão e disciplina daquele pessoal, sem prejuízo da competência própria dos órgãos do instituto; promover a realização de atos tendentes à aquisição de bens e serviços; autorizar despesas; recrutar o pessoal docente necessário à realização das suas atividades e dispor de receitas próprias, provenientes do exercício das suas atividades e aplicá-las na satisfação das suas despesas, através de orçamentos privativos.

No artigo 9.º dos Estatutos da ESDRM de 2003, elaborados à luz da Lei n.º 54/90, de 5 de setembro,<sup>61</sup> a autonomia administrativa da ESDRM traduzia-se na capacidade de dispor de orçamento anual; recrutar pessoal docente necessário à realização das suas atividades; propor o recrutamento do pessoal não docente necessário à prossecução dos seus objetivos; atribuir responsabilidades e tarefas, procedendo à distribuição do pessoal docente e não docente por atividades e serviços, de acordo com as normas gerais aplicáveis e assegurar a gestão e o normal funcionamento da ESDRM.

A autonomia financeira encontrava-se consagrada no artigo 10.º dos mesmos estatutos, no uso da qual a ESDRM tinha capacidade, nomeadamente, para elaborar e propor o seu orçamento, nos termos descritos nos Estatutos do IPS; gerir livremente as verbas que anualmente lhe eram atribuídas no Orçamento do Estado, bem como executar o Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC); transferir as verbas entre as diferentes rubricas e capítulos orçamentais; elaborar os orçamentos privativos para a gestão das receitas próprias previstas nos Estatutos; elaborar e redigir os seus planos plurianuais; depositar em instituições de crédito legalmente previstas as importâncias provenientes das receitas próprias e promover a realização dos atos conducentes à aquisição de bens e serviços.

No âmbito da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, as escolas podem dispor de órgãos de autogoverno e de autonomia de gestão, nos termos da lei e dos estatutos da instituição - n.º 2 do artigo 13.º.

---

<sup>61</sup> Despacho n.º 14 356/2003 (2.ª série), de 23 de julho de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Santarém, publicado no Diário da República, II SÉRIE N.º 168 de 23 de Julho de 2003, p. 10998-11006.

Sob a epígrafe «*Autonomia de gestão das unidades orgânicas*» o n.º 1 do artigo 126.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, estatui que as escolas podem ser dotadas de autonomia administrativa e ou financeira, nos termos dos estatutos da respetiva instituição e com o âmbito neles fixado.

De acordo com o artigo 110.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro a autonomia administrativa das unidades orgânicas das instituições de ensino superior públicas, traduz-se na possibilidade de as unidades orgânicas emitirem regulamentos, nos casos previstos na lei e nos estatutos e, de praticarem atos administrativos e celebrarem contratos administrativos, todos eles sujeitos somente a impugnação judicial, salvo as exceções previstas na lei.<sup>62</sup>

Consagram o n.º 1 e 3 do artigo 10.º e o n.º 1 do artigo 49.º dos Estatutos do IPS, que a Escola Superior de Desporto de Rio Maior goza de autonomia administrativa, nos termos da lei, dos mesmos estatutos e de estatutos próprios.

Nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º dos Estatutos da ESDRM, consagra-se a autonomia de gestão no respeito dos princípios da democraticidade e da legalidade, da não discriminação e das demais garantias constitucionais, bem como a que nos termos da lei e dos Estatutos do IPS lhe for proporcionada.

Como acima se deixou dito, Gomes Canotilho e Vital Moreira entendem que a autonomia administrativa «*consiste na capacidade de gestão dos seus próprios assuntos, prática de atos administrativos próprios, seleção de contratos, recrutamento de pessoal, inclusive de docentes, aquisição de bens e serviços, etc.) mediante decisões próprias, não sujeitas a autorização ou aprovação governamental, e só impugnáveis judicialmente.*»<sup>63</sup>

Neste sentido, pronunciou-se o Supremo Tribunal Administrativo de 10-05-2006, no processo 01181/05 «*A autonomia administrativa caracteriza-se como o poder de praticar actos administrativos verticalmente definitivos. Poderá falar-se de actos finais da Administração, no sentido de que constituem a última palavra e são por isso insusceptíveis de censura por outros órgãos administrativos. A autonomia exclui a hierarquia administrativa. Como limite à autonomia administrativa surge a tutela administrativa, (...) Mas, neste domínio, a autonomia administrativa é a regra e a tutela a excepção, como conjunto de poderes que só existe nos casos expressamente previstos na lei e para os efeitos nela determinados.*»

---

<sup>62</sup> Neste sentido, pronunciou-se a Secretaria Geral do Ministério da Educação, ex-Ministério da ciência, tecnologia e Ensino Superior, [http://www.sec-geral.mctes.pt/sgmctes/index.php?parent\\_id=23&option=com\\_easyfaq&Itemid=310&lang=pt](http://www.sec-geral.mctes.pt/sgmctes/index.php?parent_id=23&option=com_easyfaq&Itemid=310&lang=pt)

<sup>63</sup> CANOTILHO, J.J. Gomes e MOREIRA, Vital - *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 2ª Edição Coimbra: Coimbra Editora, 1984, p. 374.

Refira-se a este propósito, o conceito de ato administrativo, definido no artigo 120.º do Código do Procedimento administrativo, no termos do qual «(...)consideram-se actos administrativos as decisões dos órgãos da administração que ao abrigo de normas de direito público visem produzir efeitos jurídicos numa situação individual e concreta.», em consonância com o conjunto de direitos e garantias em benefício do cidadão, previstas nos artigos 266.º e seguintes da Constituição da República Portuguesa.<sup>64</sup>

Como refere Fernando Alves Correia, o artigo 268.º n.º 4 da CRP (versão de 1989) eliminou a definitividade e a executóriedade como dimensões imprescindíveis do ato contenciosamente impugnável, fazendo recair diretamente a recorribilidade jurisdicional do ato administrativo na circunstância de ele lesar os direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos.<sup>65</sup>

Assim sendo, o artigo 10.º dos Estatutos da ESDRM dispõe que a autonomia administrativa se traduz na capacidade de elaborar e executar os seus planos plurianuais; elaborar, propor e executar o plano de atividades e a respetiva projeção orçamental; elaborar e executar os orçamentos, com as receitas, decorrentes dos programas de desenvolvimento da Escola; promover e arrecadar receitas; depositar em instituições de crédito legalmente previstas as importâncias provenientes das receitas; promover a realização dos atos conducentes à aquisição de bens e serviços; propor o recrutamento de pessoal docente e não docente necessário à realização das suas atividades e à prossecução dos seus objetivos; atribuir responsabilidades e tarefas, procedendo à distribuição do pessoal docente e não docente por atividades e serviços, de acordo com as normas gerais aplicáveis; assegurar a gestão administrativa da ESDRM, através de uma direção de serviços que garanta o normal funcionamento dos respetivos serviços, dos gabinetes funcionais e de demais unidades.

Como acima se deixou dito, a autonomia administrativa facilita a gestão corrente, a qual deve ser assegurada pela autonomia financeira.

Contudo, o n.º 2 do referido artigo 126.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, condiciona a atribuição da autonomia financeira a unidades orgânicas de institutos politécnicos públicos, a qual é concedida por despacho do ministro da tutela e depende da satisfação de critérios a aprovar por portaria deste, os quais incluirão, designadamente, o seu nível de receitas próprias.

---

<sup>64</sup> Sobre esta matéria, TAVARES, José – *Administração Pública e Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina. 1996, p. 84.

<sup>65</sup> CORREIA, Fernando Alves – *Alguns conceitos de Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina, 2001, p. 11.

O n.º 3 do mesmo artigo vai ainda mais longe, ao admitir, que para maior eficiência na gestão dos recursos humanos e financeiros das instituições de ensino superior, os presidentes (no caso dos institutos politécnicos) podem reafetar pessoal docente, investigador e outro entre unidades orgânicas e redistribuir os recursos orçamentais entre unidades orgânicas.

Foi neste enquadramento elaborada a Portaria n.º 485/2008, de 24 de abril<sup>66</sup>, a qual veio definir os critérios para a atribuição da autonomia administrativa e ou financeira às unidades orgânicas.

Assim, nos termos do artigo 1.º podem ser dotadas de autonomia financeira as escolas de institutos politécnicos públicos que satisfaçam, cumulativamente, os seguintes critérios:

- a) A média do número de alunos inscritos na escola em 31 de Dezembro dos últimos três anos letivos seja superior a 5000;
- b) A média do número de docentes em equivalente a tempo inteiro, apurados em 31 de Dezembro dos últimos três anos letivos seja superior a 400;
- c) A média do volume total das receitas próprias dos três últimos exercícios orçamentais seja igual ou superior a cinco milhões de euros.

De acordo com a Secretaria-Geral do *ex*-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a autonomia financeira traduz-se na possibilidade de arrecadação de receitas próprias, na gestão dos seus recursos financeiros através da elaboração e execução de orçamentos próprios, na capacidade de autorizar despesas e efetuar pagamentos, de assumir compromissos e encargos. Porém, nas unidades orgânicas a autonomia financeira é mitigada pela possibilidade que a lei atribui aos reitores e presidentes, sempre que tal se justifique, para maior eficiência na gestão, de redistribuir os recursos orçamentais entre unidades orgânicas. Às unidades orgânicas que não dispõem de autonomia financeira não lhes pode ser atribuído um orçamento próprio. Porém, o seu financiamento pode ser imputado a um centro autónomo de custos.<sup>67</sup>

Ainda, sobre este tema, pronunciou-se a Secretaria-Geral do *ex*-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior<sup>68</sup>, respondendo negativamente à questão de saber se a autonomia de gestão prevista no artigo 126.º do RJIES pressupõe sempre a autonomia financeira. A autonomia de gestão pode compreender apenas a autonomia administrativa.

---

<sup>66</sup> Publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 81 de 24 de Abril de 2008.

<sup>67</sup> Secretaria-Geral do *ex*-MCTES, disponível em [http://www.sec-geral.mctes.pt/sgmctes/index.php?parent\\_id=23&option=com\\_easyfaq&Itemid=310&lang=pt](http://www.sec-geral.mctes.pt/sgmctes/index.php?parent_id=23&option=com_easyfaq&Itemid=310&lang=pt), acedido em 09.09.2012

<sup>68</sup> *Ibidem*.

Uma vez que a Escola Superior de Desporto de Rio Maior não preenche os requisitos mencionados na Portaria<sup>69</sup>, perdeu a autonomia financeira, a partir de 1 de janeiro de 2009, de acordo com o artigo 118.º dos Estatutos do IPS.

No entanto, o n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 485/2008 de 24 de abril, estipula que, para as unidades orgânicas com autonomia administrativa, os estatutos dos institutos politécnicos públicos devem expressamente prever o âmbito da autonomia de cada escola e os respetivos órgãos de governo e as suas competências, no sentido de assegurar uma gestão mais eficiente, flexível e desburocratizada, devendo abranger normas que assegurem os princípios de gestão referidos, designadamente em matéria de gestão de pessoal e execução de receitas e despesas.

No n.º 3 do artigo 2.º são identificadas algumas medidas tendentes a uma maior simplificação da gestão e a uma maior descentralização de responsabilidades, considerando que para os efeitos do número dois do mesmo artigo, a organização dos orçamentos das unidades orgânicas como centros de custos autónomos e, a organização da contabilidade das unidades orgânicas segundo as regras do Plano Oficial de Contabilidade para o Setor da Educação (POC - Educação), sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 113.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, ou seja, a consolidação do orçamento e das contas da instituição e das suas unidades orgânicas.

Sobre os instrumentos legais que permitem reforçar a autonomia de gestão das unidades orgânicas dotadas apenas de autonomia administrativa a Secretaria-Geral do ex-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior<sup>70</sup>, afirma que *«É possível reforçar a autonomia de gestão, visando uma gestão mais eficiente, mediante uma adequada articulação de delegações de competências do reitor ou presidente nos órgãos de gestão das unidades orgânicas e do conselho de gestão nos órgãos próprios das unidades orgânicas.»*

Nesta conformidade, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 92.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, os Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém determinam, no n.º 7 do artigo 27.º, que o presidente pode delegar nos vice-presidentes, nos pró-presidentes e nos órgãos de gestão do instituto ou nos diretores das unidades, as competências que se revelem necessárias a uma gestão mais eficiente, com exceção das competências que por lei ou pelos

---

<sup>69</sup> Em 31 de Dezembro de 2007 o DIMAS, atual RAIDES, da ESDRM apresentava um total de 701 alunos inscritos, disponível em <http://www.gpearl.mctes.pt/es> -Inscritos no ensino superior [2000-2001 a 2010-2011] (Versão excell), acedido em 18 de julho de 2012 e o REBIDES 37 professores, disponível em [http://www.rebides.oces.mctes.pt/rebides07/rebid\\_m2.asp?CodR=120&CodP=3145](http://www.rebides.oces.mctes.pt/rebides07/rebid_m2.asp?CodR=120&CodP=3145), acedido em 18 de julho de 2012.

<sup>70</sup> Informação disponível em [http://www.sec-geral.mctes.pt/sgmctes/index.php?parent\\_id=23&option=com\\_easyfaq&Itemid=310&lang=pt](http://www.sec-geral.mctes.pt/sgmctes/index.php?parent_id=23&option=com_easyfaq&Itemid=310&lang=pt), acedido em 09.09.2012.

estatutos não sejam atribuídas a outros órgãos do Instituto e, a reafetação do pessoal docente, investigador e outro, entre as unidades orgânicas e ainda, a redistribuição dos recursos orçamentais entre unidades orgânicas e de gestão.

Por sua vez o n.º 1 do artigo 30.º refere que, compete ao conselho de gestão<sup>71</sup> conduzir a gestão administrativa, patrimonial e financeira da instituição, bem como a gestão dos recursos humanos, sendo-lhe aplicável a legislação em vigor para os organismos públicos dotados de autonomia administrativa.

No n.º 3 do mesmo artigo prevê-se que o conselho de gestão pode atribuir uma dotação orçamental por unidade com autonomia administrativa, delegando no respetivo dirigente máximo, com a faculdade de subdelegar, a competência para autorizar as despesas e o pagamento, bem como arrecadar receitas, e de acordo com o n.º 4 o conselho pode delegar a competência para a autorização de despesas relativas a determinadas categorias de atos fixando o seu limite.

Por último, no n.º 5 é dito que o conselho de gestão pode, em geral, delegar nos órgãos próprios das unidades orgânicas e de gestão e nos dirigentes dos serviços as competências que considere adequadas e necessárias a uma gestão mais eficiente.

No caso em apreço, o presidente do Instituto Politécnico de Santarém através do Despacho n.º 6886/2010, de 8 de abril de 2010<sup>72</sup>, alterado pelo Despacho n.º 6437/2011, de 7 de abril de 2011,<sup>73</sup> subdelegou nos diretores das escolas diversas competências que lhe haviam sido delegadas pelo conselho de gestão e delegou, igualmente nos diretores, a prática de determinados atos.

No entanto, o órgão delegante ou subdelegante tem o poder de avocar, bem como o poder de revogar os atos praticados pelo delegado ou subdelegado, bem como o poder de revogar o ato de delegação ou subdelegação, conforme determina o disposto nos artigos 39.º e 40.º do Código do Procedimento Administrativo.<sup>74</sup>

É disso exemplo, o n.º 1 do Despacho n.º 6886/2010, de 8 de abril, através do qual foi subdelegada nos diretores das escolas integradas a competência para autorizar despesas e pagamentos, na respetiva escola, *«até ao limite do suborçamento atribuído à unidade*

---

<sup>71</sup> O Conselho de Gestão é composto pelo presidente do Instituto, por um vice-presidente por si designado e pelo administrador – artigo 30.º n.º 1 dos Estatutos do IPS.

<sup>72</sup> Publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 75 de 19 de abril de 2010, p. 20079 e seg.

<sup>73</sup> Publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 75 de 15 de abril de 2011, p. 17394 e seg.

<sup>74</sup> «Avocar é chamar a si a resolução de um caso entregue a um delegado ou subdelegado (na delegação de poderes) ou a um subalterno (na relação hierárquica). O poder de avocar, se pensado na relação de hierarquia administrativa, é a emanação do poder de superintendência ou supervisão. É um processo inverso ao da delegação.» BOTELHO, José Manuel; ESTEVES, Américo; PINHO, José – Código do Procedimento Administrativo. 3ª Ed. Coimbra: Almedina, 1996.

*orgânica», subdelegação essa que veio a ser alterada um ano mais tarde, pelo Despacho n.º 6437/2011, de 7 de abril, passando os diretores a terem «(...)competência para autorizar despesas, na respetiva Escola Superior, até ao limite de €5.000 por ato e do suborçamento atribuído à unidade orgânica.»*

E, a alínea jj) que delegava competência para *«Despachar os assuntos de gestão corrente, nomeadamente praticar todos os actos subsequentes às autorizações de despesas e movimentar as contas afectas ao funcionamento da Escola, quer a débito, quer a crédito, incluindo cheques e outras ordens de pagamento e transferências necessárias à execução das decisões proferidas nos processos, sendo necessárias para o efeito duas assinaturas»* foi alterada pelo Despacho n.º 6437/2011, de 7 de abril, passando a ter a seguinte redação *«Dirigir a instrução dos procedimentos administrativos no âmbito da respetiva Escola Superior, ainda que a competência para a decisão final seja da presidência do Instituto, emitindo os despachos correntes necessários ao seu normal desenvolvimento, nomeadamente, solicitar a outros serviços as informações e ou pareceres necessários.»*

Por outro lado, no mesmo despacho são delegadas nos diretores competências para a prática de determinados atos, que em nosso entender, se inserem no âmbito da autonomia administrativa da unidade orgânica.

Destacam-se a título de exemplo, *«a autorização a inscrição e participação do pessoal em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional»*<sup>75</sup>, cuja competência encontra-se atribuída pelo Decreto-Lei n.º 106/98, de 4 de abril ao dirigente do serviço, bem como, a afetação do *«pessoal aos diversos serviços da Escola respetiva em função dos objetivos e prioridades fixados nos respetivos planos de atividade»*,<sup>76</sup> cuja competência do diretor se encontra no artigo 21.º dos Estatutos da ESDRM, na conjugação das alínea a) e f), as quais referem, respetivamente *«Dirigir, orientar e coordenar as actividades e serviços da ESDRM, de modo a imprimir-lhes unidade, continuidade e eficiência;»* e *«Designar os responsáveis pelos diferentes serviços da Escola;»* e da consagração desta no âmbito da autonomia administrativa da escola, constante da alínea h) do artigo 10.º dos Estatutos da ESDRM.

Ainda, a título de exemplo a competência delegada nos diretores das Unidades Orgânicas para *«Autorizar a celebração de acordos ou protocolos relativos a estágios*

---

<sup>75</sup> Vd. alínea a) do Despacho n.º 6886/2010, de 8 de abril, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 75 de 15 de abril de 2011, p. 17394 e seg.

<sup>76</sup> Vd. Alínea b) do Despacho n.º 6886/2010, de 8 de abril, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 75 de 15 de abril de 2011, p. 17394 e seg.

*curriculares com outras instituições e praticar os actos subsequentes;»<sup>77</sup>* cuja matéria figura nos Estatutos da ESDRM no artigo 2.º alínea g) como atribuição no âmbito das autonomias científica e pedagógica da escola.

Estamos, assim, perante uma nova realidade face ao estatuído anteriormente, em que, as unidades orgânicas, nos termos do n.º 4 do artigo 2.º da Lei n.º 54/90, de 5 de setembro tinham personalidade jurídica e gozavam de autonomia administrativa e financeira.

---

<sup>77</sup> Vd. Alínea c) do Despacho n.º 6886/2010, de 8 de abril, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 75 de 15 de abril de 2011, p. 17394 e seg.

### CAPÍTULO III

#### OS INTERVENIENTES NA MUDANÇA

##### ***1 - Realização de entrevistas semiestruturadas aos diretores da ESDRM, presidente e administrador do Instituto Politécnico de Santarém***

Face à importância das opiniões dos ex-diretores e atual diretora, presidente e administrador do Instituto Politécnico de Santarém sobre o tema, foram elaboradas três questões, abaixo enunciadas, recolhidas através de entrevistas semiestruturadas, que contribuirão para uma completa compreensão e avaliação da questão da autonomia da Escola Superior em apreço.

As entrevistas foram realizadas ao Professor José de Jesus Fernandes Rodrigues, diretor no período de maio de 1998 até julho 2007, ao Professor Abel Francisco de Oliveira Santos, diretor desde julho de 2007 até março de 2011, à Professora Rita Alexandra Prior Falhas Santos Rocha, atual diretora da ESDRM que exerce as funções desde março de 2011 até ao presente, ao presidente do Instituto Politécnico de Santarém Professor Jorge Alberto Guerra Justino, que exerceu as funções durante 10 anos (1996 a 2006) exercendo essas mesmas funções desde março de 2010 até ao presente e ao administrador do Instituto Dr. Pedro Maria Nogueira Carvalho, que exerceu as funções durante 3 anos (outubro de 2006 a outubro de 2009) e as exerce atualmente desde março de 2010.

As questões colocadas foram as seguintes:

1. Que apreciação faz do regime de autonomia fixado pela Lei n.º 54/90, de 5 de setembro (Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico) e quais os aspetos que merecem ser destacados?
2. Que apreciação faz do regime fixado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, restringindo às escolas de ensino superior politécnico a atribuição da autonomia administrativa e financeira, e quais os aspetos que merecem ser destacados?
3. Considerando a especificidade da Escola Superior de Desporto de Rio Maior do Instituto Politécnico de Santarém, e tendo em conta as respostas às questões anteriores, qual dos regimes melhor se adequa à realidade da Escola?

## 2 – Opiniões recolhidas

Seguem-se as resposta às questões colocas, cujos textos integrais constam dos anexos 12 a 16.

**Questão 1 - Que apreciação faz do regime de autonomia fixado pela Lei n.º 54/90, de 5 de setembro (Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico) e quais os aspetos que merecem ser destacados?**

**Professor José Rodrigues**

*«Numa consideração de cariz ideológica, o regime de autonomia fixado pela Lei n.º 54/90, assente num conceito de universidade democrática e participativa, garantia autonomia financeira e administrativa às escolas e faculdades, permitindo uma gestão mais orientada às funções e especificidades da instituição.*

*(...)*

*A autonomia universitária (entenda-se universidade como centro de conhecimento) é um pressuposto fundamental de liberdade de pensamento e de desenvolvimento que a academia deveria garantir para os seus funcionários. O conhecimento, a investigação e a docência ao nível da excelência e da inovação carece de oportunidade para ser criativo. A universidade como espaço coletivo de saberes merece uma gestão independente do poder político e do poder económico.*

*(...)*

*Um dos aspetos mais relevantes deste regime é o da responsabilização dos atores do projeto científico e educativo. (...)*

*- Livre para decidir, autonomia para a responsabilidade!*

*Numa dimensão mais operacional, verifica-se a possibilidade de decidir com celeridade e com oportunidade e conhecimento de proximidade que estas autonomias permitem.*

*(...)*

*Naturalmente que este modelo obriga como qualquer outro a mecanismos de controlo e supervisão que são fator de sucesso de qualquer política de direção nas organizações.*

*Concluiu-se pois que as críticas de desorganização e de aumento de custos na execução são simples falácias, dependendo o sucesso sobretudo dos modelos de avaliação e supervisão.»*

### **Professor Abel Santos**

*«Globalmente, pelos princípios norteadores da Lei n.º 54/90, de 5 de setembro, as escolas superiores tinham a possibilidade de usufruírem de personalidade jurídica e autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira. No entanto, tal possibilidade, não foi, desde logo, universalmente perfilhada por todos os institutos politécnicos. A definição de modelos institucionais de organização foi colocada em prática de forma bastante diferenciada. Os modelos de gestão e funcionamento dos institutos, das escolas superiores e unidades orgânicas que os integravam, tiveram possibilidade de adequações e, fundamentalmente, de responderem a interesses de desenvolvimento institucional adaptadas às culturas vigentes e à realidade específica de cada instituição.*

*(...)*

*Assim, os principais instrumentos de gestão como planos de atividades e financeiros, anuais e plurianuais, orçamentos privativos e relatórios de atividades e financeiros, deviam ser preparados e consolidados pelos institutos.*

*Nas escolas, a autonomia administrativa e financeira envolvia: a capacidade de dispor de um orçamento anual; propor recrutamento de pessoal necessário à prossecução dos seus objetivos; atribuir responsabilidades e tarefas ao pessoal da escola e proceder à sua distribuição pelos serviços; (...) Acrescia que no uso da autonomia administrativa e financeira, as escolas podiam dispor de receitas próprias, provenientes das suas atividades, e aplicá-las com as suas despesas, através de orçamentos privativos.*

*Pretendi evidenciar que, por alguns dos pressupostos da Lei n.º 54/90, os modelos de gestão construídos, pelos diferentes institutos, permitiram a autonomia “máxima” das escolas ou, ao invés, como muitos preferiram, uma autonomia “mínima”, tendo os serviços centrais dos institutos uma clara intervenção macrogestionária e centralizadora.»*

### **Professora Rita Santos Rocha**

*«Não me competindo a análise da legislação do ponto de vista jurídico, restrinjo a minha opinião às suas implicações práticas e contextualizadas na realidade do ensino*

*superior público, no que se refere à existência de autonomia administrativa e financeira. Neste pressuposto, creio que à partida ambos os regimes têm vantagens e inconvenientes. Há que atender à história de cada Instituição, que é substancialmente distinta no contexto nacional. Como exemplos, as diferentes faculdades da UTL vieram a criar a mesma, enquanto a Universidade de Aveiro tem uma génese centralizada em que todas as estruturas foram projetadas para a centralização. Embora em alturas diferentes, o mesmo se passou no IPS e no IPLeiria. Ou seja, existem outras Universidades e Politécnicos que têm uma história parecida com a do IPS, cujas unidades orgânicas foram criadas com missões e objetivos distintos, que se organizaram de uma forma particular e assumidamente voltada para uma determinada área – saúde, agrária, desporto, etc., e que um dia foram obrigadas a estarem centralizadas. Naturalmente que estes casos tiveram mais custos na implementação da Lei 62/2007 porque decorrem de projetos distintos.»*

### **Professor Jorge Justino**

*«Qualquer das leis deve ser enquadrada no tempo, se pensarmos na legislação anterior, na Lei n.º 54/90, a situação era completamente diferente da dos tempos atuais. Eu não vejo problemas em que as escolas tenham autonomia. Nessas circunstâncias em que de facto tínhamos em termos financeiros uma certa folga, as coisas em termos de pessoal eram diferentes, talvez a situação de Rio Maior fosse mais complicada porque nunca teve um quadro de pessoal satisfatório para as reais necessidades, (...), mas como havia verbas nós tínhamos pessoal precisamente para trabalhar e para fazer as coisas compassadamente (...) eu ainda sou da altura em que as verbas das propinas eram só utilizadas para a qualidade do ensino, e era o que devia ser. Portanto, tem essa vantagem. Nesses tempos podia-se adequar perfeitamente essa lei porque não havia problemas de financiamento, as instituições eram outras, também não havia tanta competição, em termos de pessoal havia o pessoal necessário.»*

### **Dr. Pedro Carvalho**

*«À luz da Lei n.º 54/90, revogada pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, as Escolas Superiores integradas nos Institutos Politécnicos eram, elas próprias, pessoas coletivas públicas dotadas de autonomia administrativa, financeira, pedagógica e científica, (isto*

*apesar de a lei, na altura, as qualificar simultaneamente como unidades orgânicas dos institutos politécnicos).*

*(...)*

*Apercebi-me, logo nessa altura, da inevitabilidade da solução que acabaria por ser consagrada no novo regime jurídico das instituições de ensino superior.*

*O Instituto Politécnico, no âmbito do regime de autonomia fixado pela Lei n.º 54/90, de 5 de setembro (estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico), correspondia quase a um mero conjunto formal ou puro somatório das Escolas que o integravam, ou, pior do que isso, era confundido e reduzido (nomeadamente em termos orçamentais) aos serviços centrais, que eram e são uma espécie de reitoria dos Institutos Politécnicos.*

*Ora, a coexistência de 7 planos de contas, 7 contas de gerência, 7 orçamentos e 7 “muitas outras coisas”, originava, só por si, uma dispersão de meios e a multiplicação de procedimentos e fluxos administrativos diferentes, cujas desvantagens eram notórias e significativas.»*

**Questão 2 - Que apreciação faz do regime fixado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, restringindo às escolas de ensino superior politécnico a atribuição da autonomia administrativa e financeira, e quais os aspetos que merecem ser destacados?**

**Professor José Rodrigues**

*«Na abordagem ideológica, o regime fixado pela Lei n.º 62/2007, deriva de um movimento histórico que as sociedades modernas, com ideologia mercantil, sob a ditadura da economia simplista, que não tem paralelo na história da universidade, retirou às escolas e faculdades a autonomia financeira e, também, administrativa. Embora no texto legal, estes regimes possam ser mantidos sob a possibilidade da delegação de competência do presidente ou reitor.*

*(...)*

*As escolas são unidades de formação e de investigação, sendo que para desenvolverem o potencial que os seus agentes criativos possuem, necessitam de liberdade*

*para a gestão dos seus recursos. Até porque efetivamente os recursos do ensino superior estão sobretudo alocados à missão de educar e de investigar.*

*Este regime de autonomia “centralizada” é o embuste da incompetência, pois a burocracia da organização sustenta-se a si própria e consome recursos humanos e materiais, fundamentais à missão da universidade.*

*(...)*

*Centralizar a responsabilidade, garante a ineficácia do sistema, por abandono do empenho!*

*Visando a abordagem operacional, este novo regime proporcionou o caos e o descontrolo da gestão das universidades e das escolas.*

*(...)*

*Este modelo proporciona um incremento das tecnologias da informação, mas esbarra na velocidade e no conhecimento dos utilizadores para dar resposta às necessidades das escolas e do seu projeto educativo.*

*(...)*

*O preço a pagar por esta experiência tem sido enorme, no esforço, na criatividade, no tempo e nos recursos materiais e financeiros envolvidos nos processos de “centralização”, que sistematicamente falham por ausência de conhecimento das realidades das escolas.*

*Conclui-se pois que este modelo não passa de uma excelente possibilidade para incremento da burocracia e aumento do despesismo na construção de centralidades obsoletas e disfuncionais, para gáudio de alguns dirigentes “centrais”.»*

### **Professor Abel Santos**

*«No desenvolvimento dos princípios definidos, pela Lei n.º 62/2007, para a atribuição de autonomia administrativa, a portaria regulamentadora (portaria n.º 485/2008) vem definir critérios que excluem a esmagadora maioria das escolas dessa possibilidade.*

*(...)*

*Por outro lado, foi prevista a possibilidade dos institutos politécnicos, para as suas unidades orgânicas, estabelecerem, em sede de aprovação de adequação dos estatutos, o âmbito da autonomia administrativa de cada escola e dos respetivos órgãos de governo, bem como as suas competências, de modo a proporcionarem uma gestão mais eficiente, flexível e desburocratizada. Nesta abertura, matérias como a gestão de pessoal e execução de receitas e despesas deviam ser previstas. Uma maior simplificação da gestão, descentralização de*

*responsabilidades e a organização dos orçamentos das unidades orgânicas como centro de custos autónomos foram princípios preconizados.»*

### **Professora Rita Santos Rocha**

*« (...) a centralização forçada de unidades orgânicas que funcionam de forma distinta, tem muitos inconvenientes, pelo que tem de ser feita de forma muito inteligente e proactiva, requerendo um conhecimento profundo das várias missões e atividades. Em resumo, acredito que o grande problema da Lei 62/2007 passa pelos Recursos Humanos e pela capacidade para implementar, evitando processos burocráticos, e sem prejuízo para a qualidade do serviço.*

*Refere-se com frequência que a grande vantagem da centralização é a rentabilização de recursos humanos, materiais e financeiros, não obstante, esta rentabilização pode ser obtida entre instituições autónomas mas que funcionem em parceria. Muitos exemplos destes se podem encontrar ao nível da investigação. Por outro lado, o facto de as IES terem autonomia não significa que não possam estar centralizadas em alguns aspetos ou relativamente a alguns processos. Em geral, a eficácia de cada um destes processos, está dependente da competência dos Recursos Humanos para os executar, independente da forma como estão organizadas, sendo que o recurso às tecnologias várias, é já uma realidade, sendo necessário mais formação das pessoas para acompanhar a sua evolução e aproveitar e rentabilizar os recursos tecnológicos. Porventura a grande vantagem da centralização será eventualmente o controlo de gestão, incluindo o planeamento e execução orçamental, mas, igualmente a sua eficácia está dependente da capacidade de implementação.»*

### **Professor Jorge Justino**

*«Atualmente, isto vem vindo a complicar-se e cada vez há mais sacrifícios e a verba tem de ser muito mais controlada. De qualquer forma, o facto de haver não haver tanta autonomia das escolas ou muito pouco autonomia, por exemplo, no nosso caso concreto, nós permitimos que sejam os diretores a assumir o compromisso das despesas, a autorizar as despesas e até o cabimento de verba, e serem as escolas a fazer isso, se bem que estamos a pensar numa perspetiva de eliminar essa segunda hipótese, porque tem havido atrasos consideráveis no vosso caso por exemplo, (...).*

*Aqui o que é importante é diferenciar as duas épocas. Antigamente a Lei 54/90 adaptava-se perfeitamente, atualmente como temos de ser muito mais rigorosos e temos que planear muito mais antecipadamente, é muito mais útil para quem gere, as escolas não terem autonomia mas só financeira. Eu de forma alguma acho que as escolas não devem deixar de ter a autonomia administrativa, científica e pedagógica, isso é completamente diferente, as escolas é que têm o conhecimento, as escolas é que têm a informação específica da área, as escolas é que fazem a investigação. Agora como é preciso um controlo muito rigoroso, mesmo em cima do tempo, e aliás, nós agora estamos quase constantemente a dar informações para a tutela, até da previsão das despesas e só podemos gastar consoante a previsão das despesas. Nessa circunstâncias não tenho dúvida de que atualmente a nova lei do RGIES é muito mais favorável para nós conseguirmos fazer um controlo melhor atempadamente.*

*O RGIES vai ser alterado agora, em breve, (...).*

*(...). Esta matéria dos especialistas é de facto era crucial se não estava tudo ilegal. Até eventualmente relacionado com a autonomia, isso nós não sabemos, mas deve ser um ponto forte, porque penso que a tutela deve continuar a dar autonomia às instituições de ensino superior, é alias, o que ministro Nuno Crato, diz sempre e tem defendido essa linha de ação, (...).»*

### **Dr. Pedro Carvalho**

*«Na verdade, tal como se previa, por imposição do Estado no exercício da sua função legislativa, (através da Assembleia da República enquanto órgão de soberania), as instituições de ensino superior em geral e do ensino superior politécnico em particular acabaram por sofrer importantes mudanças no respetivo modelo organizacional, com consequências muito relevantes, também, ao nível do respetivo funcionamento, através da publicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.*

*(...)*

*Na verdade, no RJIES, o legislador não qualifica as Escolas como pessoas coletivas e não lhes confere nem autonomia administrativa, nem autonomia financeira.*

*Quanto à primeira das mencionadas autonomias, a mesma podia e veio efetivamente a ser contemplada nos Estatutos, por opção da assembleia que os aprovou.*

*Já relativamente à autonomia financeira, a mesma seria, ou não, concedida por despacho do Senhor MCTES em função de critérios previamente aprovados em Portaria, (a qual, acabou por prescrever requisitos cujo preenchimento apenas ocorre em raríssimos casos).*

*Ou seja, na prática o Instituto Politécnico de Santarém e, sobretudo, as suas Escolas Superiores Agrária, de Educação, de Gestão, de Enfermagem/Saúde e de Desporto foram confrontados com mudanças profundas na sua organização e no seu modo de funcionamento.*

*(...)*

*A perda de autonomia financeira, só por si, acarretou de igual modo profundas mudanças na organização interna do Instituto Politécnico de Santarém.*

*De um modelo totalmente descentralizado – o da Lei n.º 54/90 –, com 7 serviços autónomos (na nomenclatura jurídico - financeira da Tutela), passou-se (de um momento para o outro e por imposição legal) para um modelo totalmente centralizado ao nível financeiro.*

*(...)*

*Importa explicar, em primeiro lugar, que qualquer “centralização administrativa” poderá ser sempre compensada através de mecanismos de desconcentração (vd. a delegação e subdelegação de competências).*

*Quer quiséssemos, quer não, – uma vez que a mudança, neste caso, foi imposta –, o Instituto Politécnico de Santarém teve de deixar de ser considerado como o mero conjunto ou somatório de Escolas que o integravam, para ser visto como um todo coeso.»*

**Questão 3 - Considerando a especificidade da Escola Superior de Desporto de Rio Maior do Instituto Politécnico de Santarém, e tendo em conta as respostas às questões anteriores, qual dos regimes melhor se adequa à realidade da Escola?**

**Professor José Rodrigues**

*«Voltando a abordar a questão ideológica, importa referir que a ESDRM surge de um movimento e estratégia de desenvolvimento regional e local, assente numa perspetiva de crescimento e fixação dos jovens à região, permitindo uma maior qualificação dos ativos e da sociedade em geral.*

*(...)*

*A retirada da autonomia financeira e administrativa coloca em causa este modelo de desenvolvimento de médio e longo prazo que tem sido perseguido pelas comunidades, sobretudo aquelas que se situam mais afastadas dos centros de decisão política e cultural.*

*(...)*

*De fato, a Lei n.º 54/90, pode estar ultrapassada, mas o seu conceito de liberdade e de responsabilidade tem a história da universidade. Assim, sobretudo para escolas como a ESDRM, por todos os motivos atrás referidos, bem como pelas suas características específicas, pela sua distância do centro de decisão (Santarém), pela comunidade onde está instalada, deveria ter a possibilidade de ser responsável pelos seus caminhos, num quadro de coesão institucional e de solidariedade com as outras escolas do IPS.*

*Assim, olhando para a operacionalidade da escola, o atual regime é um fracasso, devendo ser substituído por um outro que possibilite a autonomia financeira e administrativa, com supervisão e avaliação adequadas e de qualidade.*

*Os alunos, os docentes, os não-docentes, as famílias, os cidadãos de Rio Maior não podem ser desvalorizados, por via deste modelo de “centralização experimental”.»*

### **Professor Abel Santos**

*«No caso concreto, o IPS, e de acordo com o respondido na primeira pergunta, teve, durante a vigência da Lei n.º 54/90, uma clara incapacidade de preparar um modelo de gestão que permitisse cabalmente assumir competências de orientação estratégica, supervisão dos planos de ação e de efetivo controlo financeiro e orçamental das suas diferentes escolas. (...)*

*No desenvolvimento da Lei vigente, a adequação estatutária realizada assegura que a ESDRM tenha autonomia estatutária, administrativa, científica e pedagógica. No entanto, verifica-se que a autonomia administrativa é fortemente mitigada e quase restringida à sua atividade interna, a nível de procedimentos administrativos, e que ausência de autonomia financeira, ou até a possibilidade de gerir um centro de custos, limita a possibilidade de uma clara assunção das autonomias científicas e pedagógicas.*

*Assim, para além das autonomias permitidas, pelas duas Leis referidas, destaca-se que são os líderes e a gestão que conseguem tirar o melhor das condições existentes e que, nas duas situações, o Instituto não conseguiu fazer, com sentido estratégico, o que lhe competia. Desta forma, o regime em que a ESDRM melhor conseguiu assegurar o seu desenvolvimento, por omissão de outras responsabilidades, foi o permitido pela Lei n.º 54/90.*

*No entanto, a Lei atual, aplicada noutras condições de gestão, e na forma permitida pelos próprios estatutos do IPS, não seria um entrave para o normal funcionamento da ESDRM, como aparenta ser.»*

### **Professor Rita Santos Rocha**

*«A ESDRM tem a particularidade de ter sido criada num contexto, não de centralização, mas de dependência direta dos serviços centrais do IPS, estando as outras 4 escolas a ser geridas de forma mais autónoma. Assim, cresceu e expandiu-se no âmbito da sua missão e alargou os seus públicos alvo e objetivos. Após a fase instaladora e durante algum tempo, gozou de um período de autonomia, o que lhe permitiu crescer em vários sentidos. A perda de autonomia a partir de 2007 coincidiu com o início de um novo mandato e com a tentativa de centralizar de início alguns processos como o da avaliação da qualidade. No entanto, veio também a dificultar alguns processos, como o dos pagamentos e controlo orçamental. Passaram a verificar-se algumas incongruências entre a autonomia financeira/administrativa e a autonomia pedagógica e científica, pois umas influenciam as outras. Muitos exemplos poderiam ser apresentados, desde a candidatura a projetos de I&D, à burocratização dos processos, além do esvaziamento das funções, competências e responsabilidades dos órgãos de gestão. Não nos parece que tenha trazido muitos benefícios. As questões relativas à qualidade dos serviços prestados, os incentivos à investigação e mobilidade, a captação de alunos, entre outros, continuam a ser desenvolvidos no seio das escolas. (...) Acredito que o conceito de serviços partilhados seria muito mais útil do que o processo de centralização.»*

### **Professor Jorge Justino**

*«Atualmente este regime é mais vantajoso, mas é importante mencionar aquilo que eu digo. Anteriormente a situação era totalmente diferente, o outro regime adaptava-se perfeitamente. Agora, uma vez que há uma exigência muito maior no tempo e em termos financeiros, com cortes muito significativos, havendo de um momento para o outro cativações, de um momento para o outro há alterações das regras do jogo, precisamente por isso, à administração do instituto convém ter o controlo financeiro, pois com mais facilidade pode reagir a essas flutuações.»*

**Dr. Pedro Carvalho**

*«A questão não se apresenta isenta de dificuldades de variada ordem: não abunda a informação conclusiva sobre as vantagens e inconvenientes da descentralização e desconcentração, ou da centralização e concentração administrativas.*

*(...)*

*Ora, potenciar os fatores que possam alimentar as vantagens da centralização funcional poderá constituir a chave do problema, pelo que importará analisar profundamente quais serão mesmo essas vantagens.*

*Que no confronto das opções centralizadora e descentralizadora, no âmbito da Administração indireta funcional ou por serviços, as questões meramente técnicas são as mais relevantes (...).*

*Em conclusão e mantendo muitas dúvidas sobre este assunto, sou de parecer, em todo o caso, que as vantagens da centralização superam os respetivos inconvenientes (que os há, - reconheço-, sem qualquer dúvida).*

*Para responder diretamente à pergunta, entendo, portanto e apesar de tudo, que o regime fixado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, se adequa melhor à realidade da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, assim como das restantes Unidades Orgânicas de Ensino do Instituto Politécnico de Santarém.»*

## **CAPÍTULO IV**

### **CONCLUSÕES**

Os Institutos Politécnicos surgiram em 1973, através da Lei da Reforma do Sistema Educativo, para responder à necessidade de assegurar o desenvolvimento social e económico do país, estando orientados para dar predominância aos problemas concretos e de aplicação prática, investigação aplicada e de desenvolvimento experimental, tendo em conta as necessidades principalmente as de carácter regional.

O Instituto Politécnico de Santarém é criado por Decreto-Lei em 1979, integrando as escolas superiores de Educação e a Agrária, já existentes e cria em 1985 a Escola Superior de Gestão. Os primeiros estatutos foram aprovados em 1995, tendo subjacente a Lei n.º 54/90, de 5 de setembro, cujo espírito autónómico, se aplicava na perfeição ao Instituto e se justificava pela existência de campus distintos, áreas científicas diversificadas, tempo de vida institucional diferenciado e áreas geográficas de influência diferentes.

A Escola Superior de Desporto de Rio Maior, criada em 1997, tem como missão, produzir, aplicar e disseminar conhecimento no âmbito das ciências do desporto, prestar serviços à comunidade, contribuir para o desenvolvimento técnico-científico do desporto e para o progresso socioeconómico da região. Em 31 de dezembro de 2011, tinha 755 alunos distribuídos entre o 1.º e 2.º ciclos.

À luz da Lei n.º 54/90, de 5 de setembro, que aprovou o Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico, a autonomia estatutária científica, pedagógica, administrativa e financeira era um corolário para todas as instituições de ensino superior politécnico público e escolas superiores.

Este regime de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira que a Lei n.º 54/90, de 5 de setembro consagrava, apenas vigorou por 3 anos (2006 a 2008) na Escola Superior de Desporto de Rio Maior, pois a publicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro assim o impôs.

O novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior - Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, colidiu com o projeto de consolidação das autonomias existentes na ESDRM,

muito embora as bases do espírito autonómico da legislação revogada, se mantenham na mesma, pois, o campus continua a ser distinto, as áreas científicas diversificadas das restantes escolas, o tempo de vida institucional e as áreas geográficas de influência diferenciadas.

Com a Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, é introduzido um novo modelo organizativo nas instituições de ensino superior politécnico público, cujos efeitos se fizeram sentir em particular nas Escolas Superiores, tal como sucedeu na ESDRM.

A autonomia de gestão preconizada na Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e cujos critérios decorrem da Portaria n.º 485/2008, de 24 de abril, levava à manutenção, por consagração estatutária, da autonomia administrativa e exclusão da autonomia financeira à ESDRM.

O conselho de gestão do Instituto assume toda a gestão, administrativa, financeira e patrimonial da Instituição.

Pese embora o facto de terem sido adotadas medidas tendentes à agilização de procedimentos, nomeadamente através de subdelegação e de delegação de competências no diretor, este não deixa de estar na estreita dependência do órgão delegante, que pode, a todo o tempo, avocar e revogar as competências delegadas.

Como se pode verificar na opinião dos dirigentes da ESDRM, o Instituto não estava preparado para este novo regime, cuja implementação foi difícil.

Para desenvolver o seu projeto científico e pedagógico a Escola Superior de Desporto de Rio Maior, necessita de ter mais autonomia administrativa e financeira, independentemente da forma como é concretizada, cujas regras deverão ser estabelecidas com maior rigor e clareza, de modo a evitar conflitos de competências.

As respostas dos *ex*-diretores e atual diretora levam-nos a concluir que a ESDRM deverá ter uma intervenção mais ativa no seu próprio destino. Bastante diferentes foram as respostas do presidente e administrador do Instituto, os quais entendem que esse papel deve ser desempenhado pelo Instituto. As respostas foram consistentes com cargo institucional que cada entrevistado ocupa.

Concluiu-se, pois, que o modelo organizativo atual carece de ser revisto e ajustado em função da realidade vivida na ESDRM, a qual necessita de mais autonomia administrativa e financeira, por forma a que possa ser desenvolvido o seu projeto científico e pedagógico, sem nunca perder de vista a missão de uma Escola do Ensino Superior Politécnico Público.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### PUBLICAÇÕES

ALMEIDA, Luciano - *O sistema de Ensino Superior Português, Expansão e Desregulação, Reforma no Quadro do Espaço Europeu de Ensino Superior*. Porto: Media XXI. 2011, ISBN 978-989-8143-81-5

ALMEIDA, Luciano - *Educação Superior e Desenvolvimento – Um estudo prospetivo do Ensino Superior em Portugal*. Leiria: Jorlis, 2012. ISBN 978-989-8220-06-6

AMARAL, Diogo Freitas – *Curso de Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina, Vol. I, 1992

AMARAL, Diogo Freitas – *Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina, Vol. II, 1988

AMARAL, Diogo Freitas – *Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina, Vol. III, 1989

BOTELHO, José Manuel; ESTEVES, Américo; PINHO, José – *Código do Procedimento Administrativo*. 3ª Ed. Coimbra: Almedina, 1996

CANOTILHO, J.J. Gomes e MOREIRA, Vital - *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 2ª Edição, I Volume, Coimbra: Coimbra Editora, 1984

CORREIA, Fernando Alves – *Alguns conceitos de Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina, 2001

COUTINHO, Luis Pereira – *Autonomia Universitária, Avaliação das Universidades e “Política Universitária do Estado”* In HOMEM, António Pedro Barbas – *Temas de Direito da Educação*. Coimbra: Almedina, 1996

GARCIA, Maria da Glória Ferreira Pinto Dias – *Autonomia Universitária e Avaliação da Qualidade do Ensino Universitário*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008, ISBN 978-972-54-0210-8

TAVARES, José – *Administração Pública e Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina. 1996

VEIGA E MOURA, Paulo – *Comentário aos Estatutos das Carreiras de Docente do Ensino Universitário e Politécnico*. Coimbra, Coimbra Editora, 2009

## LEGISLAÇÃO

### *Constituição da República Portuguesa*

*Lei n.º 5/73, de 25 de julho*, (alterada pela Lei n.º 5/77, de 1 de Fevereiro, Lei n.º 6/77, de 2 de janeiro e Decreto-Lei n.º 61/75, de 18 de fevereiro) que provou as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo

*Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de agosto*, que cria novas Universidades, Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores, define o regime das suas comissões instaladoras e adota providências destinadas a assegurarem o recrutamento e a formação do pessoal necessário para o início das respetivas atividades

*Decreto-Lei n.º 427-B/77, de 14 de outubro*, (Alterado pela Lei n.º 61/78, de 28 de Julho, pelo Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de dezembro) que cria o ensino superior de curta duração

*Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro*, (alterado pela Lei n.º 29/80, de 28 de julho, pelos Decretos-Lei n.ºs 333/88, de 27 de setembro, Decreto-Lei n.º 373/88, de 17 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 175/2004, de 21 de julho), que define a rede de estabelecimentos do ensino superior politécnico que anteriormente se designava «*ensino superior de curta duração*»

*Decreto-Lei n.º 513-L1/79, de 27 de Dezembro*, (alterado pelo Decreto-Lei n.º 131/80, de 17 de maio, Decreto-Lei n.º 30/83, de 22 de janeiro, Decreto-Lei n.º 260/88, de 23 de julho, Decreto-Lei n.º 399/88, de 08 de novembro, Decreto-Lei n.º 344/93, de 1 de outubro, e revogado pelo Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de janeiro) que define o regime de instalação dos estabelecimentos do ensino superior politécnico

*Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho* (alterado pelo Decreto-Lei n.º 69/88, de 03 de março, Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto e Lei n.º 7/2010, de 13 de maio) que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico

*Decreto-Lei n.º 86/83, de 11 de fevereiro*, (retificado posteriormente para "Decreto 10-A/83" pela Declaração DD2981, de 31 de Março 1983, e pela Declaração DD5959, de 31 de Maio de 1983, passou a "Decreto 10-B/83") que estabelece as normas de organização e funcionamento do Conselho Coordenador da Instalação dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico

*Decreto do Governo n.º 46/85, de 22 de novembro* (alterado pelos Decreto-lei n.º 373/88, de 17 de Outubro e 175/2004 de 21 de julho e Alterada a designação da Escola Superior de Gestão de Santarém, criada pelo presente diploma, para Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém, pelo Despacho Normativo n.º 56/2008 de 04 de novembro) Adota medidas relativas à expansão do ensino superior politécnico, nomeadamente nas suas vertentes de tecnologia e gestão

*Decreto-Lei n.º 109/86, de 21 de Maio* (Alargado até 31 de Dezembro de 1987, o período a que se refere o nº 3 do artigo 1º, pelo Decreto-Lei n.º 72/87 de 12 de Fevereiro e alterado pelo

Decreto-Lei n.º 419/87 de 31 de dezembro) que mantém em regime de instalação diversos estabelecimentos de ensino superior

*Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro* (Alterado pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de setembro, 49/2005 de 30 de agosto e 85/2009 de 27 de agosto) que aprova a Lei de Bases do Sistema Educativo

*Lei n.º 54/90, de 5 de setembro* (Revogadas todas as disposições que contrariem o disposto na Lei n.º 54/90, pela Lei n.º 20/92, de 14 de agosto, a qual foi suspensa pela Lei n.º 1/96, de 9 janeiro; alterada pela Lei n.º 71/93, de 25 de novembro e revogada pela Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro) que aprova o Estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico

*Despacho Normativo n.º 77/95, de 11 de Outubro*, que homologa os Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém

*Decreto-Lei n.º 352/97, de 5 de Dezembro*, que cria a Escola Superior de Desporto de Rio Maior

*Despacho do Ministro da Educação n.º 4013/98, de 6 de Maio*, que nomeou o Professor José Jesus Fernandes Rodrigues diretor da ESDRM

*Despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior n.º 12010/98, de 23 de Junho*, que procedeu à nomeação do Conselho Científico da ESDRM

*Portaria n.º 413-I/98, de 17 de Julho*, aprova o grau de bacharel em Desporto, variante de Condição Física

*Portaria n.º 413-J/98, de 17 de Julho*, aprova o grau de bacharel em Desporto, variante de Treino Desportivo de Alto Rendimento

*Portaria n.º 495/99 de 12 de Julho*, Cria os cursos bietápicos de licenciatura em Desporto, nas variantes de Treino Desportivo de Alto Rendimento, de Condição Física e de Animação Desportiva, Recreação e Lazer

*Portaria n.º 495/2000, de 12 de Julho*, que aprova o plano de estudo do curso bietápico de licenciatura em Desporto, variante de Treino Desportivo de Alto Rendimento

*Portaria n.º 499/2000, de 24 de Julho*, que aprova o plano de estudo do curso bietápico de licenciatura em Desporto, variante de Condição Física

*Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de Março*. A Escola Superior de Enfermagem designa-se atualmente como Escola Superior de Saúde Santarém, alteração efetuada através do Despacho n.º 56/2008 de 4 de Novembro, que publica os Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém.

*Portaria n.º 432/2001, de 26 de Abril*, que aprovou o plano de estudos do curso bietápico de licenciatura em Desporto, variante de Animação Desportiva, Recreação e Lazer

*Portaria n.º 863-B/2002, de 20 de Julho, que aprova a criação da Licenciatura em Desporto, variante de Psicologia do Desporto e Exercício*

*Portaria n.º 1449/2002, de 9 de Novembro, que aprova o plano de estudos do curso bietápico de licenciatura em Desporto, variante de Psicologia do Desporto e do Exercício*

*Portaria n.º 863-B/2002, de 20 de Julho, que aprovou a criação da Licenciatura em Desporto, variante de Psicologia do Desporto e Exercício*

*Portaria n.º 1449/2002, de 9 de novembro, que aprovou o plano de estudos do curso bietápico de licenciatura em Desporto, variante de Psicologia do Desporto e do Exercício*

*Aviso n.º 1704/2003 (2ª Série), de 16 de janeiro, que aprova o Mestrado em Psicologia do Desporto e do Exercício, em parceria com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)*

*Despacho n.º 14356/2003 (2ª Série), de 23 de julho, que aprovou os Estatutos da Escola Superior de Desporto de Rio Maior*

*Portaria n.º 839/2004, de 16 de julho, altera a denominação do Curso de Desporto, variante de Treino Desportivo de Alto Rendimento, para Desporto, variante de Treino Desportivo*

*Portaria n.º 841/2004, de 16 de julho, que aprova o Curso de Desporto, variante de Gestão das Organizações Desportivas*

*Portaria n.º 1027/2004, de 9 de agosto, (altera a Portaria 499/2000) que aprovou os planos de estudos do curso bietápico da licenciatura em Desporto, variante de Condição Física*

*Portaria n.º 40/2005, de 17 de janeiro, que aprova o plano de estudos do Curso de Desporto, variante de Gestão das Organizações Desportivas*

*Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, que promove a adequação dos cursos que se encontravam a ministrar e dos graus que estão autorizados a conferir à nova organização decorrente do Processo de Bolonha*

*Despacho n.º 9288-AJ/2007, de 07 de março, do diretor-geral do ensino superior, que regista a adequação do curso de Condição Física e Saúde no Desporto*

*Despacho n.º 9288-AX/2007, de 07 de Março do diretor-geral do ensino superior, que regista a adequação dos cursos de Desporto de Natureza e Turismo Ativo, Gestão das Organizações Desportivas; Psicologia do Desporto e do exercício e Treino Desportivo*

*Despacho n.º 18841/2007 (2.ª série) de 22 de Agosto, que homologa a eleição do professor-adjunto Abel Francisco de Oliveira Santos como diretor da ESDRM*

*Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o regime jurídico das Instituições de Ensino Superior*

*Portaria n.º 485/2008, de 24 de abril*, que aprovou os critérios de atribuição de autonomia financeira a unidades orgânicas

*Despacho n.º 25365/2008, de 21 de Agosto*, (alterado pelo Despacho 16360/2009, de 09 de Julho) que aprovou a duração, as áreas científicas, os créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau e o plano de estudos do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre na especialidade de Desporto, nas áreas de especialização em Treino Desportivo, em Condição Física e Saúde, em Desporto de Natureza e em Educação Física Escolar

*Despacho n.º 23775/2008, de 12 de setembro de 2008*, que aprovou a caracterização e plano de estudos da Licenciatura em Gestão das Organizações Desportivas

*Despacho n.º 23776/2008, de 12 de setembro de 2008*, (alterado Despacho nº 6771/2009, de 25 de Fevereiro) aprova a caracterização e plano de estudos da Licenciatura em Condição Física e Saúde no Desporto

*Despacho n.º 23777/2008, de 12 de setembro de 2008*, que aprova a caracterização e plano de estudos da Licenciatura Treino Desportivo

*Despacho n.º 23778/2008, de 12 de setembro de 2008*, (alterado pelo Despacho nº 6772/2009, de 25 de Fevereiro) que aprovou a caracterização e plano de estudos da Licenciatura em Desporto de Natureza e Turismo Ativo

*Despacho n.º 24207/2008, de 25 de setembro*, que aprovou a caracterização e plano de estudos da licenciatura em Psicologia do Desporto e do Exercício

*Despacho n.º 3173/2009, de 16 de Janeiro de 2009*, aprova a caracterização e planos de Estudos do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Observação e Análise no Desporto

*Despacho n.º 10955/2009, de 20 de Abril de 2009*, (alterado pelos Despachos (extrato) n.º 10207/2011, de 4 de agosto e 6239/2012, de 2 de maio) aprova a caracterização e plano de Estudos conducente ao grau de mestre em Psicologia do Desporto e do Exercício

*Despacho n.º 20244/2009, de 28 de Agosto*, (retificado pela Declaração de retificação nº 662/2010, de 29 de Março e alterado pelo Despacho n.º 11371/2010, de 30 de junho), publica a caracterização e planos de Estudos do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Atividade Física em Populações Especiais

*Despacho normativo n.º 56/2008, de 23 de Outubro*, que aprova os Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém

*Despacho n.º 9084/2010, de 19 de maio*, que aprovou os Estatutos da ESDRM

*Despacho n.º 6886/2010, de 8 de abril de 2010*, (alterado pelo Despacho n.º 6437/2011, de 7 de abril de 2011) que aprovou a delegação de competências nos diretores das escolas superiores do Instituto Politécnico de Santarém

*Despacho n.º 5451/2011 DR n.º 62 (2.ª série) de 29 de Março*, que homologa a eleição da professora-coordenadora Rita Alexandra Prior Falhas Santos Rocha, como diretora da ESDRM

## **OUTRAS**

Guia Informativo ECTS ESDRM, disponível em <http://www.esdrm.pt/Estudantes/GuiaInformativo.html>, acedido em 13.06.2012

REBIDES - Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior ao abrigo do Decreto-Lei n.º 15/96, de 6 de Março, disponível em [http://www.rebides.oces.mctes.pt/rebides07/rebid\\_m2.asp?CodR=120&CodP=3145](http://www.rebides.oces.mctes.pt/rebides07/rebid_m2.asp?CodR=120&CodP=3145), acedido em 18 de julho de 2012

DIMAS - Inquérito estatístico aos Alunos Diplomados e Matriculados no Ensino Superior, de periodicidade anual, de âmbito nacional e dirigido a todas as instituições de ensino superior. Tem como data de referência 31 de Dezembro de cada ano. Este inquérito é parte integrante do Sistema Estatístico Nacional. Disponível em <http://www.gpeari.mctes.pt/es>, acedido em 18 de julho de 2012

RAIDES - um inquérito estatístico anual dirigido a todas as instituições de ensino superior sobre os alunos inscritos e diplomados, de resposta obrigatória. É um instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional registado no Instituto Nacional de Estatística (INE) sob o n.º 9852. (Em 2008 substituiu o DIMAS) Disponível em <http://www.gpeari.mctes.pt/es>, acedido em 18 de julho de 2012

INDEZ – Inquérito anual realizado pela Direção de Serviços de Suporte à Rede do Ensino Superior da Direcção-Geral do Ensino Superior, sobre o pessoal docente e não docente do Ensino Superior Público, disponível em <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Instituicoes/Pessoal/Indez/>, acedido em 18 de julho de 2012

## ANEXOS

- Anexo n.º 1 - Lei n.º 5/73, de 25 de julho;
- Anexo n.º 2 - Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de agosto;
- Anexo n.º 3 - Decreto-Lei n.º 427-B/77, de 14 de outubro (Alterado pela Lei n.º 61/78, de 28 de Julho, pelo Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de dezembro);
- Anexo n.º 4 - Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de dezembro;
- Anexo n.º 5 - Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (Alterado pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro e 49/2005 de 30 de agosto);
- Anexo n.º 6 - Lei n.º 54/90, de 5 de setembro;
- Anexo n.º 7 - Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro;
- Anexo n.º 8 - Mapa da rede das Instituições de Ensino Politécnico;
- Anexo n.º 9 - Decreto-Lei n.º 352/97, de 5 de dezembro;
- Anexo n.º 10 - Despacho n.º 14356/2003 (2.ª série) de 23 de julho;
- Anexo n.º 11 - Despacho n.º 9084/2010, de 19 de maio;
- Anexo n.º 12 - Entrevista Professor José Rodrigues;
- Anexo n.º 13 - Entrevista Professor Abel Santos;
- Anexo n.º 14 - Entrevista Professora Rita Santos Rocha;
- Anexo n.º 15 - Entrevista Professor Jorge Justino;
- Anexo n.º 16 - Entrevista Dr. Pedro Carvalho.